

## **VIRTÙ E FORTUNA, ÉTICA E POLÍTICA EM MAQUIÁVEL**

Como se afirmou na introdução, a *virtù* e a fortuna são temas obrigatórios para qualquer um que queira analisar o poder constituinte na obra de Maquiavel. Nos parece que poucos trabalhos sobre a teoria Maquiavel podem deixar de examinar, ainda que rapidamente, esses conceitos, tão grande é a sua importância.

Sendo assim, doravante se analisará as diversas formas como esse assunto aparece na obra do secretário florentino, no entanto, com o enfoque voltado para o que interessa em relação à caracterização do poder constituinte em sua teoria política.

### **1.1**

#### **NOÇÃO INTRODUTÓRIA DA LUTA DA *VIRTÙ X FORTUNA* E SUA RELAÇÃO COM O TEMPO SEGUNDO MAQUIAVEL**

Para entender de forma completa a obra de Maquiavel é imprescindível que se analise a leitura que é feita do tempo na sua teoria. É só compreendendo adequadamente a forma como o autor concebe o tempo que se poderá chegar a um entendimento exato sobre os temas que ele propõe, principalmente a relação entre *virtù* e fortuna, relação que é ponto chave na teoria política maquiaveliana.

Em uma primeira aproximação, percebe-se que nos primeiros capítulos dos “Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio” Maquiavel parece adotar uma noção cíclica do tempo, conforme teorias de Políbio e Platão. É certo que Maquiavel, na mesma esteira de Políbio, ao falar sobre as formas de governo, afirma que existem três formas boas que sempre acabam se convertendo em três ruins.

Assim, as três formas boas seriam a monarquia, a aristocracia e a democracia. No entanto estas três, quando adotadas, invariavelmente, após passado algum tempo, se corromperiam transformando-se em uma das três formas

ruins com que mais se assemelhasse, ou seja, a monarquia se tornaria tirania, a aristocracia em oligarquia e a democracia em anarquia.

Veja nesse sentido as palavras de Maquiavel:

(...) direi o que dizem alguns que escreveram sobre as repúblicas, ou seja, que há nelas um dos três estados, chamados principado, optimates e o popular; (...) Outros – mais sábios, segundo a opinião de muitos – são de opinião que existem seis formas de governo [*ragioni*] de governo, das quais três são péssimas e três são boas em si mesmas, mas tão fáceis de corromper-se, que também elas vêm a ser perniciosas. Os bons são os três acima citados; os ruins são outros três que desses três decorrem; e cada um destes se assemelha àquele que está próximo, e facilmente passam de um a outro. (...) De tal modo que, se um ordenador de república ordena um desses três estados numa cidade, o ordena por pouco tempo, pois nada poderá impedir que se resvale para seu contrário, pela semelhança que têm neste caso a virtude [*virtute*] e o vício.<sup>1</sup>

Demais disso, entende o autor<sup>2</sup>, baseado em Políbio e Aristóteles, que no início dos tempos, quando um povo começa a se organizar e fundar sua cidade ou estado, sempre inicia instituindo o regime de um só (monarquia). No entanto, com o tempo, os sucessores hereditários do monarca deixam de ter *virtù*, ficam corrompidos, de forma que começam a oprimir o povo, tornando-se tiranos. Não aceitando a tirania, aquele grupo que tem mais poder na comunidade acaba liderando uma revolta popular e derrubando o tirano. Instituem, então, um governo aristocrático que no início é virtuoso e busca o bem público. No entanto, com a morte desses que governavam e sua sucessão pelos seus herdeiros, estes, por não terem vivido os tempos de opressão tirânica, deixam de aplicar a igualdade em seu governo, tornando-se opressores e gananciosos, formando novamente um governo opressor.

Em vista disso o povo, liderado por seus membros mais virtuosos, pega em armas e derruba o governo, instituindo, então, um governo popular, uma democracia. Entretanto, a democracia também não resiste aos efeitos do tempo. Passadas algumas gerações, o governo popular começa a se mostrar muito

---

1 MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 14 1ª ed.

2 MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 14/15 1ª ed.

licencioso, não mais sendo respeitada a autoridade, de maneira que acaba por se transformar em verdadeira anarquia.

O resultado disso é, novamente, instituição de um governo forte, de um só homem (monarquia), para impor autoridade, restaurando-se a ordem e permitindo-se que a vida da cidade voltasse a ter paz com o fim da “anarquia” social em que se transformou o regime democrático.

Portanto, nesta visão, percebe-se que a vida do estado (organização social) é cíclica, pois começa com a monarquia, passa à aristocracia, a qual se transforma em democracia, sendo que esta, por sua vez, volta a se converter em monarquia, reiniciando o ciclo.

Diante dessa evolução dos regimes que Maquiavel adota no capítulo 2 dos Discursos, parece referendar a teoria de Políbio dos ciclos dos regimes e assim do tempo, ou seja, parece adotar uma teoria transcendente, de que seria a própria natureza que impunha esse tempo circular nada se podendo fazer quanto a ele.

Melhor dizendo, adota a teoria de que a sociedade, e assim o próprio homem, teria seu destino predeterminado por uma força maior transcendente que imporá a pouca duração dos regimes e, também, a repetição sem fim do ciclo de governos acima demonstrado. Em suma, tal repetição seria própria da natureza das coisas.

Nesta perspectiva, o homem não seria dono de seu destino, mas poderia apenas se sujeitar às forças transcendentes. A história estava fadada a se repetir indefinidamente no tempo.

De forma que, no início dos Discursos, a única solução que Maquiavel, baseado em Políbio<sup>3</sup>, traz para se garantir a estabilidade de um regime é a adoção de um governo misto, o qual incorpore as três formas boas (a monarquia, aristocracia e a democracia). Confirmam-se as palavras do autor neste sentido:

(...)Assim, sempre que tiveram conhecimento desse defeito, aqueles que prudentemente ordenam leis evitaram cada um desses modos por si mesmos e escolheram algum que tivesse um pouco de todos, por o julgarem mais firme e

---

<sup>3</sup> Sobre Maquiavel se basear na teoria de Políbio ver Neto, Manuel de Almeida, O Tempo nos *Discorsi* de Maquiavel, UFMG, Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, 1999

estável; porque, quando numa mesma cidade há principado, optimates e governo popular, um toma conta do outro.<sup>4</sup>

Essa solução de Maquiavel, contudo, carece de uma boa explicação lógica, tendo em vista que parece se basear, apenas, no argumento de que, caso se juntem as três boas formas de governo em um só regime, as qualidades de cada uma irão “bloquear” os vícios da demais. Essa explicação, no entanto, é vaga, insuficiente e se afasta, como se verá, do olhar científico que Maquiavel faz da política.

Inclusive, nesse mesmo capítulo, Maquiavel já começa a colocar dúvidas quanto a real adoção da teoria cíclica. Isso porque, apesar de parecer adotá-la, ele mesmo já a relativiza quando admite que nenhuma república conseguiria terminar um ciclo e iniciar outro, confira-se:

E é esse o ciclo segundo o qual todas as repúblicas se governaram e governam, mas raras vezes retornam aos seus mesmos governos, porque quase nenhuma república pode ter tanta vida que consiga passar muitas vezes por tais mutações e continuar de pé. Mas muitas vezes ocorre que, passando uma república por tais reveses e faltando-lhe sempre discernimento e forças, acaba ela por se tornar súdita de algum estado próximo que seja mais bem ordenado que ela (...)<sup>5</sup>

Na verdade, após uma melhor leitura dos capítulos posteriores, percebe-se que Maquiavel se afasta claramente da visão Polibiana do tempo e, também, do campo da transcendência, para trazer sua teoria para os braços da imanência. Nesse sentido, Antonio Negri:

(...) Nos *Discorsi*, a relação Políbio-Maquiavel é um processo que, partindo de um confuso e estreito confronto inicial centrado no ciclo da constituição mista, exaure-se no curso da obra(...). O abandono da teoria do ciclo implica no abandono da constituição mista.<sup>6</sup>

Esse afastamento fica nítido quando Maquiavel começa a tratar do tema relativo à *virtù* e à fortuna. Neste momento, o secretário florentino começa a não ver mais um tempo circular, um tempo predeterminado. Quando expõe a noção de virtude e fortuna demonstra que a vida de um estado, ou de um homem, está

---

4MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 14 1ª ed.

5MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 17 1ª ed

6 NEGRI. Antonio. *Poder Constituinte*; Rio de Janeiro; DP&A; 2002; p. 100 1ª ed..

sujeita a mudanças inesperadas, de acordo com o acontecimento aleatório dos fatos humanos.

Assim, ao explicar, durante *O Príncipe* e os *Discursos*, casos históricos onde os personagens e os estados ficaram sujeitos à virtude e à fortuna, fica claro que não há na teoria de Maquiavel qualquer previsibilidade diante dos fatos inesperados que podem ocorrer. Não há que se falar, então, em circularidade, porque não há qualquer previsão, o tempo é completamente aberto aos mais diversos eventos aleatórios que podem ocorrer, ou seja, às variações da fortuna.

Além disso, na análise dos referidos exemplos de Maquiavel, percebe-se que o secretário florentino coloca o homem como o elemento central das razões da mudança. São as ações humanas, na maior parte das vezes, que determinam a mutação do tempo e, ainda, que é o homem, através de uma ação virtuosa pode evitar ou ocasionar a mutação.

Desta maneira, em Maquiavel, a análise da política se afasta da transcendência e se concentra na ação humana, de forma que, a partir daí, pode se dizer que ele se aproxima da ciência política. A política deixa de ser algo imprevisível, imutável, sujeito às ações da “natureza” e passa a ser algo passível de análise crítica, podendo se atentar para seus fundamentos, seus conceitos básicos, e, a partir disso, traçar a ação do governante para se conseguir evitar que a vida do estado fique puramente sujeita à contingência.

Portanto, Maquiavel procura interiorizar o tempo natural no tempo antropológico. Neste aspecto, fortuna seria a mudança dos tempos, os eventos aleatórios que acontecem sobre o destino de um homem ou de um estado que podem mudar os seus rumos. Enquanto que *virtù* seria a capacidade racional do homem de, sentindo a mudança dos tempos, agir sobre essa alteração para evitar de ficar sujeito a ela.

Em termos estritamente políticos, *virtù* para o secretário florentino é a capacidade de um governante, ou de um povo, agir de acordo com as circunstâncias do tempo, alterando-o, e com isso conseguir manter a estabilidade de seu estado ou criar um novo estado, uma nova realidade.

Segundo Maquiavel a melhor forma do homem atingir a *virtù* seria estudando a história dos povos antigos e procurar compreender os problemas que ocorreram naquela época, bem como as saídas e ações tomadas pelos homens virtuosos. Para o autor, esse estudo é muito importante, pois as coisas tendem a se repetir na história da humanidade, mesmo em tempos completamente distintos.

Neste ponto, é bom deixar claro, que Maquiavel não está a dizer que a história se repete, ou seja, não está a adotar a teoria circular do tempo. Na verdade, Maquiavel diz que os homens desde o início dos tempos sempre tiveram as mesmas paixões, de forma que os atos humanos, mesmo que vestindo nova roupagem imposta pelos novos tempos, tendem a se repetir, pois estão fundamentados nas mesmas paixões (por exemplo, ambição, ganância, inveja etc.).

Sendo assim, sabendo das ações humanas do passado e dos fatos históricos da época, fica muito mais fácil de analisar o presente, prever o futuro, bem como de se resguardar contra os seus acontecimentos.

Vale citar aqui as palavras de Maquiavel:

Quem considere as coisas presentes e as antigas verá facilmente que são sempre os mesmos desejos e os humores em todas as cidades e todos os povos, e que eles sempre existiram. De tal modo que quem examinar com diligência as coisas passadas facilmente preverá as futuras, em qualquer república, prescrevendo os remédios que foram usados pelos antigos, pensará em novos, devido à semelhança dos acontecimentos.<sup>7</sup>

Corroborando o que foi dito François Châtelet afirma que “a possibilidade de agir está ligada, efetivamente, à idéia de totalidade em que se articula o presente ao passado e, por um movimento retroativo que vai do futuro ao presente, em que se articula o presente ao futuro(...)”<sup>8</sup>

No entanto, Maquiavel reconhece que, mesmo se tendo grande conhecimento da história, muitas vezes não se poderá antever determinados fatos,

---

7MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 121 1ª ed.

<sup>8</sup> CHATELET, François. *Dicionário das Obras Políticas, Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1993, p. 760

os quais são totalmente inesperados. Confira-se, a respeito, o que Quentin Skinner fala sobre tema:

(...) Maquiavel repetidas vezes apõe ressalvas a suas supostas “regras” históricas, concedendo e mesmo instituindo que “jamais se encontra qualquer tópico que seja perfeitamente nítido e não esteja aberto a questões”, e que na política sucedem muitos acidentes para os quais “é impossível prescrever qualquer remédio” (...) <sup>9</sup>

Nesse prisma a *virtù* seria totalmente contraposta a fortuna. *Virtù* como ação humana que visa sobredeterminar o tempo e modificar o real, de forma a que se possa moldá-lo de acordo com a vontade. Já a fortuna seria a eventualidade, a contingência, que recai sobre as pessoas e estados mudando seu destino a despeito de suas vontades, ou seja, as modificações realizadas no real pela fortuna não sofrem ingerência dos desejos de seu sujeito passivo.

Diante disso, Maquiavel entende que a vida das pessoas e dos estados estão metade nas “mãos” da eventualidade e metade nas mãos da *virtù*. Melhor explicando, entende Maquiavel que há eventos causados pela fortuna que são imutáveis, de forma que o homem virtuoso não deve querer lutar contra as circunstâncias do tempo, mas antes disso, reconhecê-las e agir de acordo com as suas exigências.

Sobre o tema vale citar Francisco Guimaraens:

Fica evidente, portanto, ser necessário compreender a *virtù* de maneira sempre atual e, conseqüentemente, sob uma ótica dinâmica. Somente é eficaz a sua atuação caso seja adequada às condições materiais postas pela fortuna. Se a questão fundamental é resistir à fortuna, submetendo a mesma à *virtù*, há de se identificar como fazê-lo da melhor maneira possível, sem se vincular a quaisquer modelos transcendentais ideais. Prática concreta, ininterrupta e constitutiva, é disto que se trata quando se pensa em *virtù*. <sup>10</sup>

É por isso que Quentin Skinner afirma que a principal lição contida no Príncipe é que o estadista deve adequar sua personalidade às necessidades do tempo e, não, querer

---

<sup>9</sup> SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*; São Paulo; Companhia das Letras; 2009; p. 190 1ª ed

<sup>10</sup> GUIMARAENS, Francisco de. *O Poder Constituinte na Perspectiva de Antonio Negri: um Conceito muito além da modernidade hegemônica*; Dissertação de Mestrado defendida perante a PUC-Rio p. 128

“remodelar o tempo segundo o molde de suas personalidades”<sup>11</sup>. Um bom exemplo disso em Maquiavel é a história do Papa Julio II que:

(...) durante todo o tempo de seu pontificado, procedeu com ímpeto e fúria; e, como os tempos o acompanharam, ele teve sucesso em todas as suas empresas. Mas, se sobreviessem outros tempos que exigissem outra índole [consiglio], ele necessariamente se arruinaria, porque não teria mudado de modo nem de maneira de agir.<sup>12</sup>

Esse, inclusive, é um ponto importante como se verá em outro tópico, pois com base nessa circunstância Maquiavel afirma que a República é melhor forma de governo que a monarquia. Ora, na monarquia, os reis, na maioria dos casos, não souberam agir de acordo com as circunstâncias do seu tempo. A outro giro, nas repúblicas, por não se depender só de um homem, mas por se utilizar da *virtù* de muitos, é mais fácil se encontrar homens de *virtù* que consigam ler as exigências do tempo e com isso ajudar à república tomar as decisões corretas. Exemplos nesse sentido não faltam no livro do secretário florentino, principalmente os que dizem respeito à república romana.

Além de saber avaliar as circunstâncias e agir, no momento certo, de acordo com elas (prudência), o governante ou o poder revolucionário que pretende ser virtuoso deve, também, utilizar das armas. As armas para Maquiavel são essenciais para quem pretende agir sobre o tempo e afastar a fortuna, pois é só resistência armada que consegue sobredeterminar o tempo.

Confirmam-se palavras de Antonio Negri sobre o assunto:

A mutação é algo irresistível e irreprimível? Ou existe uma segunda definição da verdade como possibilidade de modificar essa lógica? Esta segunda definição existe: ela reside na força, ou melhor, na síntese entre a prudência e as armas. (...) as “armas” e o “senso” são, pois, em conjunto, os instrumentos da existência do poder, da eficácia dos ordenamentos, da autoridade da *signoria*: (...) <sup>13</sup>

Assim, segundo Maquiavel, quem pretende manter o poder ou tomá-lo deve, além de ser prudente, se utilizar de um exército. O uso da força, então, para o secretário florentino seria um dos principais fundamentos de qualquer Estado, o

---

<sup>11</sup> SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*; São Paulo; Companhia das Letras; 2009; p. 25 1ª ed

<sup>12</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 353 1ª ed.

<sup>13</sup> NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte*; Rio de Janeiro; DP&A; 2002; p. 58/59 1ª ed..

qual sem aquele não poderia se manter. Segundo Maquiavel não adianta ter boas leis se não se tiver boas armas, confira-se:

Os principais fundamentos de todos os Estados, tanto dos novos como dos velhos ou dos mistos, são as boas leis e o bom exército. Como não se podem ter boas leis onde não existe bom exército, e onde é bom o exército costumam ser boas as leis, deixarei de refletir sobre as leis e falarei dos exércitos.<sup>14</sup>

O príncipe, ou mesmo o povo na República, para não ficarem completamente jogados às mãos da sorte e do destino (fortuna) precisam se armar, pois sem a força das armas sempre se ficará sujeito à vontade daqueles que as tenham. Assim, para que o príncipe imponha toda sua potência mantendo a sua segurança e estabilidade deve se armar. Um principado ou República armados são de *virtù*, pois têm a sua disposição um mecanismo que torna possível construir seu próprio destino dentro das condições do tempo vivido. Por outro ângulo, sem as armas o Estado fica à mercê de quem as tenha, sem poder se defender, e, portanto, nas garras da fortuna, como já dito.

Maquiavel é bem claro ao suscitar esse tema:

Entre outros um dos males que a falta de armas acarreta é tornar-te desprezível (...). Não há qualquer comparação entre um homem armado e outro desarmado; não é razoável que um homem armado obedeça de bom grado a quem esteja desarmado, nem que o desarmado se sinta seguro entre servidores armados, pois, havendo desdém em um e suspeita no outro, não é possível qualquer acordo.<sup>15</sup>

Esse exército, para ser potente, deve se utilizar dos próprios cidadãos de uma cidade ou Estado e, não, de tropas mercenárias<sup>16</sup> ou auxiliares<sup>17</sup>. Somente as tropas utilizadas com cidadãos que têm um vínculo com o Estado ao qual pertencem e, portanto, são impelidas por um sentimento patriótico de protegê-lo, é que se consegue promover a segurança e, portanto, é medida que conduz à *virtù*.

Já as tropas mercenárias, segundo Maquiavel são de todo inúteis. A uma, porque seus milicianos lutam apenas por um misero soldo, o qual não é o bastante para que o sujeito possa dar sua vida em batalha. Desta forma, na primeira

---

14 MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*; São Paulo; Martins Fontes; 2008; p. 57 3ª ed.

15 MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*; São Paulo; Martins Fontes; 2008; p. 69/70 3ª ed.

16 Tropas mercenárias são aquelas que não tem qualquer ligação “patriótica” com um determinado Estado e só se dispõem a defendê-lo para receber em troca uma remuneração.

17 São as tropas auxiliares aquelas pertencentes um Estado quando colocadas à disposição de outro.

adversidade, quando se vêem em perigo, tais tropas debandam. A duas, porque o Estado por não ter tropas próprias, mas sim mercenárias, sempre ficará indefeso se os capitães dessas tropas quiserem dominá-lo ou, então, se unirem, em traição, a outro Estado que queria invadi-lo.

Já os exércitos auxiliares representam grande perigo e são desprovidos de utilidades, pois “quando perdem, és derrotado com eles e, quando vencem, te aprisionam”<sup>18</sup>. E tal prisão seria, porque estas tropas respondem a outro governo, o qual após a vitória e vendo a fragilidade do Estado (este desprovido de armas) que ajudou, pode querer dominá-lo para si, o que muitas vezes fará com extrema facilidade. Este fato, inclusive, causa uma grande tentação no Estado que comanda as tropas auxiliares.

Desta forma, é *virtuoso* aquele Estado que mantém um exército formado com seus próprios cidadãos. Tal Estado, quando faz isso, depende menos da sorte para se manter e cria um mecanismo que, se bem usado, torna possível determinar seus próprios rumos, sobredeterminar o tempo.

A outro giro, o Estado que dependa somente de tropas auxiliares e de mercenárias ficará sujeito à contingência, seu destino escapa às suas mãos, ficando completamente dirigido pelos humores da fortuna.

Assim, somente a prudência não atinge a *virtù*, pois de nada adianta saber aproveitar o momento certo e agir racionalmente sobre ele se não se tiver a força das armas. Sem elas, as armas, fica-se completamente sujeito à sorte, podendo a qualquer momento ser subjugado por quem possua uma milícia.

No entanto, as armas sozinhas também não resolvem, pois as mesmas usadas de forma errada e nas circunstâncias erradas de nada valem. Um exército utilizado de forma errada facilmente se perde.

Desta maneira vê-se claramente que para Maquiavel *virtù* é prudência armada, e que essa prudência armada opõe-se à fortuna, com a qual mantém uma relação de nítida oposição que rompe com qualquer diálogo. Desta maneira, só a *virtù*, como prudência armada é capaz de mudar o tempo, sobredeterminando-o.

---

18 MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*; São Paulo; Martins Fontes; 2008; p. 63 3ª ed.

Com essa noção de tempo incerto, onde o mundo está em constante movimento, para evitar a contingência, deve-se, através do conhecimento do passado, tentar antever as mudanças e agir sobre elas. No entanto, como visto, nem sempre é possível prever as mudanças ou os resultados das ações políticas sobre o movimento contínuo do mundo.

Desta forma, se é agindo sobre os acontecimentos que é possível construir seu destino, ao mesmo tempo, trata-se apenas de uma possibilidade e, não, de uma certeza, pois para sobredeterminar o tempo é preciso que a previsão e ação escolhidas tenham sido certas. No entanto a previsão pode falhar por falta de *virtù* ou por, no caso, o evento que se tentou prever ser completamente surpreendente, ou seja, impassível de previsão. O mesmo se dá com a ação, que pode falhar por falta de *virtù*, mas também pela surpresa do tempo.

Entretanto essa impossibilidade de sobredeterminar, de forma absoluta, o tempo não está jogada nas mãos do “sobrenatural”, mas sim das próprias limitações do homem, o qual, por sua natureza, não consegue ser perfeito e enxergar com clareza todas as vezes.

Sobre o tema Newton Bignotto quando afirma que Maquiavel:

(...) nos mostra que na verdade qualquer representação da “fortuna” serve apenas para desviar nossa atenção do fato de que não podemos conhecer todos os seus movimentos e de que eles só espelham nosso desconhecimento dos limites da ação humana. (...) Se o mundo está em eterna mutação, esse fato só é significativo porque os homens, incapazes de abandonar suas regras de conduta, são tragados pela força misteriosa dos acontecimentos. O inimigo do homem não é, portanto, uma força misteriosa, mas sua própria “natureza”, que não se adapta facilmente à maleabilidade do mundo e ao fluxo infinito do tempo.(...)

Como já demonstrou Merleau-Ponty: “Ele descarta com o mesmo gesto a esperança e o desespero. Se existe uma adversidade, ela não tem nome, não tem intenção; não podemos encontrar em nenhum lugar um obstáculo para a feitura do qual não contribuimos, por nossos erros ou faltas; não podemos limitar de nenhuma maneira nosso poder.”<sup>19</sup>

Diante disso, Maquiavel coloca o tempo nas mãos do homem, o qual depende só de si mesmo para construir o seu futuro. O homem só está preso as suas próprias limitações e aos seus erros, não ficando subjugado por qualquer

---

<sup>19</sup> BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*; São Paulo; Edições Loyola; 1991 p.148/149

força externa que determine seu destino. O homem só depende de sua própria ação para construir seu destino, precisando, para isso, de *virtù*.

Portanto a teoria de Maquiavel liberta o homem das teorias predeterministas, como as da idade média que dispunham que tudo que acontece na terra foi determinado por Deus, não tendo os homens qualquer possibilidade de intervenção. Em Maquiavel o destino do homem está vinculado as suas próprias ações, isto é, uma teoria totalmente ligada ao campo da imanência.

Visto esse aspecto da *virtù* e da fortuna, passa-se ao próximo tópico onde se examinará a leitura da *virtù* no *Príncipe*, demonstrando como o secretário florentino trata o tema neste opúsculo.

## 1.2

### ***Virtù no Príncipe***

Uma leitura superficial do *Príncipe* pode levar a se pensar, de forma equivocada, que Maquiavel trata aqui de dar conselhos a tiranos. No entanto, quando se aprofunda na leitura deste livro percebe-se que o foco principal dele é a inovação e sua relação com a ação humana e com o tempo.

Conforme se percebe pelo capítulo II do *Príncipe*, Maquiavel não está preocupado em tratar, nesta obra, de aspectos relativos às repúblicas e aos principados hereditários. Quanto às repúblicas ele afirma expressamente o seguinte: “Não tratarei aqui das repúblicas (...)”<sup>20</sup>. A outro giro, quanto aos principados hereditários, estes verdadeiras monarquias hereditárias, percebe-se que Maquiavel afirma serem eles Estados muito antigos e estáveis. Essa antiguidade do poder causa, com o passar das gerações, o costume do povo de obedecer a uma certa família, o que dá alto grau de legitimidade ao governo.

Portanto, em razão de os principados hereditários serem muito estáveis, vislumbra-se que não é deles que o secretário florentino deseja tratar. Ora, se Maquiavel afirma no capítulo II do *Príncipe* que deseja falar sobre a forma como

---

<sup>20</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*; São Paulo; Martins Fontes; 2008; p. 5 3ª ed.

os principados “podem ser governados e conservados”<sup>21</sup>, por óbvio, não é destes principados que deseja tratar, porquanto eles, por sua longa duração nas mãos de uma mesma família, são extremamente estáveis e não necessitam de grande habilidade (*virtù*) para serem conservados.

Sobre o tema vale citar Newton Bignotto:

O próprio Maquiavel chamou a atenção para os principados hereditários, mas abandonou-os, por não fornecerem, com o manto da tradição que os envolve, a melhor ocasião para o estudioso da política que quer deslindar os mistérios da ação.<sup>22</sup>

No início do capítulo III do *Príncipe* fica claro que o que interessa a Maquiavel é teorizar sobre os principados novos. Afirma o secretário florentino que “é no principado novo que aparecem as dificuldades”<sup>23</sup>, sendo que são sobre estas dificuldades do governo e sua conservação que ele irá trabalhar. O que se disse é corroborado por Gramsci, quando afirma que “em todo pequeno volume, Maquiavel trata de como deve ser o príncipe para conduzir o povo à fundação de um novo Estado, e o tratamento é conduzido com rigor lógico, com distanciamento científico (...)”<sup>24</sup>.

Desta maneira, Maquiavel segue nos capítulos seguintes do livro tratando do príncipe novo, ou seja, aquele que recentemente chegou ao poder, instaurando uma organização política que rompe com toda uma ordem antiga.

No entanto, também não são objeto de muita análise crítica no *Príncipe* os principados completamente novos, ou seja, aqueles onde se fundou uma ordem política em uma sociedade desorganizada, que ainda vivia sem arranjo político.

Quanto a essas sociedades Maquiavel trata rapidamente no capítulo VI do *Príncipe*. Nesse capítulo, conforme afirma o secretário florentino, o príncipe, se for de grande *virtù*, só depende que a fortuna lhe dê a ocasião. Dizendo em outras palavras, sendo o príncipe virtuoso, ele só precisará que lhe apareça a

---

<sup>21</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*; São Paulo; Martins Fontes; 2008; p. 5 3ª ed.

<sup>22</sup> BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*; São Paulo; Edições Loyola; 1991 p.151

<sup>23</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*; São Paulo; Martins Fontes; 2008; p. 7 3ª ed.

<sup>24</sup> GRAMSCI, Antonio; *Cadernos do Cárcere*, Volume 3; Civilização Brasileira; 2000; p. 14

oportunidade de encontrar um povo que vive sem organização política para que possa instituir uma nova ordem.

O povo que não vive em uma ordem política não está influenciado pelo costume de qualquer regime político, ou seja, não está acostumado a considerar legítimo qualquer governo. Dessa maneira, o choque da nova ordem é menor e torna-se mais fácil ordenar tal sociedade. Como diz Maquiavel, esses príncipes receberam da ocasião “a matéria para introduzirem a forma que lhes apossasse”<sup>25</sup>.

Portanto, para Maquiavel, sendo um homem de grande *virtù* quem recebeu essa oportunidade, bastará a ele dar uma boa ordenação para o principado formado e, ainda, defender-se com as armas para que, praticamente, não fique mais à mercê da fortuna.

Assim afirma Maquiavel:

É necessário, portanto, para bem compreender este assunto, examinar se estes inovadores dispõem de meios próprios ou dependem de outros, isto é, se para realizar sua obra precisam pedir ou podem forçar. No primeiro caso, acabam sempre mal e não conseguem nada; mas quando dispõem de seus próprios meios e podem forçar, é raro que fracassem. Segue-se daí que todos os profetas armados vencem, enquanto os desarmados se arruinam, porque, além do que ficou dito, a natureza dos povos é variável; e, se é fácil persuadi-los de uma coisa, é difícil firmá-los naquela convicção. Por isso convém estar organizado de modo que, quando não acreditarem mais seja possível fazê-los crer a força.<sup>26</sup>

Segundo Pocock o caso desses principados completamente novos retrata a situação em que Maquiavel exemplifica a existência de máxima *virtù* e mínima fortuna, isto é, quando existe um legislador ou profeta de grande *virtù* que recebe a oportunidade da fortuna de criar uma nova ordem política onde nunca existiu. Após criada essa ordem, tendo o inovador a posse das armas, não terá que se preocupar muito com ataques da fortuna, confira-se:

O caso extremo e ideal de inovador cuja *virtù* inicial não era condicionada por eventos externos é encontrado na categoria de profetas e legisladores; ainda assim os maiores gênios ou os profetas mais inspirados operam apenas induzindo os homens a segui-lo e é exposto à *fortuna* caso não tenha meios de assegurar que os homens continuem com ele – meios estes que Maquiavel só pôde caracterizar como a espada, então a *virtù*, que não poderia ter se manifestado sem a

---

<sup>25</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*; São Paulo; Martins Fontes; 2008; p. 24 3ª ed.

<sup>26</sup> Ibid.

*occasione*, não podia se manter sem um instrumento externo para coagir a vontade dos homens. Conscientes dessa limitação, fomos bem sucedidos em definir uma *virtù* que envolva a menor dependência possível da *fortuna*.<sup>27</sup>

Desta maneira, por não haver grandes conturbações no principado completamente novo, é que Maquiavel se concentra nos principados novos que foram fundados para substituir uma antiga ordem. É nesta espécie de principado que o conflito da *virtù* e da fortuna atinge seu grau maior.

Assim o tema principal do *Príncipe* é o estudo da inovação ou mutação causada pela conquista armada do poder e suas conseqüências imediatas. Trata-se de um momento de grande ruptura, onde a ação do príncipe extingue uma ordem política antiga e, então, precisa fundar um novo Estado, uma nova estrutura política.

É assim que dos capítulos VII em diante começa a tratar dessa espécie de conquista e fazer um exame detalhado de como se conservar o governo desses principados. Trata-se, em síntese, de um exame do conflito entre a *virtù* e a *fortuna*.

Nesse caso há variação do grau de *virtù* e da *fortuna* de acordo com o regime antigo que existia no Estado conquistado e, também, com as formas que se usa para mantê-lo. Quanto aos regimes existentes antes da ruptura, Maquiavel afirma que poderiam ser principados (aí inclusos os hereditários) ou repúblicas, sendo que na república os ataques da *fortuna* são muito mais intensos.

É certo que um príncipe, segundo Maquiavel, pode chegar ao poder de um principado por *virtù* ou por *fortuna*. No entanto, concordamos com Pocock quando esse afirma que, mesmo nos casos de extrema sorte, aquele inovador que se torna príncipe sempre teve algum mérito (*virtù*). Afinal, é difícil imaginar que alguém, sem qualquer qualidade ou qualificação, possa cumprir tal tarefa.

---

<sup>27</sup> Trecho livremente traduzido da seguinte parte do original: “The ideal and extreme case of innovator whose initial *virtù* was unconditioned by external circumstance is found in the category of legislators and prophets; yet the greatest genius or most inspired prophet operates only by inducing men to follow him and is exposed to *fortuna* unless he has means to ensure that they continue to do so – means which Machiavelli can only characterize in terms of the sword, so that *virtù*, which could not have manifested itself without *occasione*, cannot maintain itself without an external instrument for coercing men’s wills. Subject to these limitations, we have succeeded in defining the *virtù* which involves the minimum dependence on *fortuna*.” Pocock, John Greville Agard; *The Machiavellian Moment*; Princeton University Press; New Jersey; 2003; 2ª ed. p. 156

Sobre o tema Pocock explica que:

O príncipe pode ter conquistado sua posição através de suas próprias forças ou daqueles que os apoiavam; ele pode dever a conquista à sua própria habilidade ou a mais pura boa sorte. Quando Maquiavel usa *virtù* e *fortuna* para indicar a segunda das antíteses, ele não está usando-as de forma completamente precisa. Uma vez que era inconcebível um homem adquirir poder sem possuir alguma *virtù* própria, havia sempre um consentimento de que *virtù* era o instrumento de inovação que o expunha à *fortuna*.<sup>28</sup>

Visto isso, é de se ressaltar que a inovação gerada pelo novo governo causa grande impacto na sociedade e em sua específica ordem política. Quando o novo príncipe assume o governo, ele rompe radicalmente com a ordem anterior, instaurando novas leis e instituições, alterando a forma de participação política, bem como as relações privadas entre os súditos.

É por inovar completamente, implantar, inclusive, novos valores na sociedade (isto se faria através das leis) que Antonio Negri afirma que “(...) o príncipe novo não é simplesmente o autor do Estado - ele é o autor da lógica e da linguagem, da ética e da lei.”<sup>29</sup>

O que ocorre é que quando o novo príncipe opera essa mudança radical ele irá atormentar toda a sociedade. Isso porque a mudança de ordem irá prejudicar alguns e beneficiar outros. Os prejudicados irão fazer tudo para resistir e minar a nova ordem, enquanto os beneficiados, pelo pouco tempo de governo, ainda estarão muito tímidos por ainda não terem certeza sobre a extensão de seus reais ganhos.

Sobre as dificuldades ocorridas logo após a conquista, Maquiavel diz no capítulo III do opúsculo que ao príncipe novo é sempre:

(...)necessário afrontar aqueles a quem passa a governar, tanto por meio de soldados armados, como por outras infinitas injúrias que cada conquista traz consigo. Assim, tens como inimigos todos os que afrontaste (...), além de não

---

<sup>28</sup> Trecho livremente traduzido da seguinte parte do original: The Prince might have acquired his position through his own arms or those of supporters; he might owe it to his own abilities or to sheer good luck. When Machiavelli uses *virtù* and *fortuna* to denote the second of these antitheses, he is not using them with absolute precision. Since it was almost unthinkable that a man should acquire power without displaying some *virtù* of his own, there was always a sense in which *virtù* was the instrument of innovation which exposed him to *fortuna*. Pocock, John Greville Agard; *The Machiavellian Moment*; Princeton University Press; New Jersey; 2003; 2ª ed. p. 156

<sup>29</sup> NEGRI. Antonio. *O Poder Constituinte*; Rio de Janeiro; DP&A; 2002; p. 78/79 1ª ed.

poder manter como amigos os que te apoiaram, pela impossibilidade de atendê-los conforme esperavam (...)<sup>30</sup>

Assim, sempre após um ato de grande *virtù*, a conquista do novo principado, surge o problema da *fortuna*. Esta pode ser retratada na instabilidade em que o Estado conquistado entra, onde o governo do *Príncipe* ainda não conseguiu se legitimar perante a população. Por ser um governo instável e que desagrada a muitos, o príncipe sofrerá toda a espécie de contratempos e sempre que, por algum motivo estiver mais vulnerável, sofrerá o perigo de perder o poder para a parcela descontente da população ou para um inimigo externo.

Os ataques da *fortuna* ao novo príncipe irão variar em grau de intensidade, a depender da radicalidade da mudança por ele implantada. Quanto menores as mudanças, menor será a instabilidade causada pela conquista, enquanto que, quanto maior a mudança mais forte serão os ataques da *fortuna*.

Isso se pode perceber no capítulo III do *Príncipe*, onde o secretário florentino afirma ser mais fácil manter um povo de mesma linhagem do que um de linhagem diferente e, ainda, que será mais fácil manter as conquistas se não houver alterações nas leis e impostos que vigoravam no antigo regime.

Com base nesses trechos do pequeno livro é que Pocock entende que, segundo a obra de Maquiavel, a estabilidade do principado novo é muito menor que do hereditário, o que se daria por causa dos costumes do povo. Segundo autor inglês, nos principados hereditários a fundação do Estado se deu há tantas gerações que a população já esqueceu as ofensas e os infortúnios causados pela instauração desse regime político.

Dessa forma com o passar do tempo o povo vai se acostumando e consolidando em seu pensamento aquela forma de viver e, também, aceitando o governo daquela família. Ocorre, então, após várias gerações, a legitimação do principado hereditário e da família governante, o que se dá, em síntese, pelo costume.

Assim escreve Pocock sobre essa questão afirmando que o novo príncipe deve ser:

---

<sup>30</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*; São Paulo; Martins Fontes; 2008; p. 7 3ª ed.

(...)contrastado com o príncipe hereditário, então deve se esforçar para conquistar a estabilidade deste último, cuja família se manteve por tanto tempo que as ofensas e decepções da inovação original foram esquecidas e – como o termo *principe naturale* acarreta – obedecê-los se torna parte da “segunda natureza” inata do povo.<sup>31</sup>

Ao acolher esta interpretação de Pocock, chega-se a consequência de que o governante de um principado hereditário precisará muito menos *virtù* para se manter do que o príncipe novo. Isso porque, como o povo já está habituado ao governo no caso dos principados hereditários, não existem muitas dissidências que possam ameaçar o príncipe, de forma que ele não fica muito vulnerável à fortuna.

Por outro lado, para o príncipe novo a *virtù* precisa ser muito maior, tendo em vista que a grande instabilidade no seu principado torna muito mais forte os ataques da *fortuna*. Em síntese, trata-se de uma questão de legitimidade. O príncipe novo, ao contrário do monarca, não é considerado legítimo pela população.

E, conforme explica Pocock, não é possível ao príncipe novo atingir essa legitimação. Esta só surge com o costume, o qual demora várias gerações para se instalar na população. Com vista nessa explicação, o autor inglês demonstra ainda que o príncipe novo não se confunde com o monarca ou com a monarquia. Isso porque “o ‘novo príncipe’ não possuía qualquer legitimidade, e conseqüentemente não podia ser o que consideramos um rei. Um rei não era novo, e podia negar ser filho da sorte – exceto em ocasiões onde ele conquistava um território onde não possuía título algum;”.<sup>32</sup>

Afasta-se, desta forma, todos aqueles pensamentos teóricos e do senso comum de que O *Príncipe* era um livro de Maquiavel que fazia apologia da

---

<sup>31</sup> Trecho livremente traduzido da seguinte parte do original: (...) contrasted with the hereditary prince, and so must be thought of as striving to attain the stability of the latter, whose family have maintained themselves for so long that the injuries and disappointments of the original innovation are forgotten and – as the term *principe natural* implies –obedience to them has become part of the inherited “second nature” of the people. Pocock, John Greville Agard; *The Machiavellian Moment*; Princeton University Press; New Jersey; 2003; 2ª ed. p. 161

<sup>32</sup> Trecho livremente traduzido da seguinte parte do original: (...) the new prince lacked legitimacy altogether and consequently was not what we mean by a king. A king was not new, and could deny that he was child of fortune – except on the occasions when he acquired a territory to which he had no previous title. Pocock, John Greville Agard; *The Machiavellian Moment*; Princeton University Press; New Jersey; 2003; 2ª ed. p. 159

monarquia ou monarquia absolutista. Trata-se, neste opúsculo, apenas das conseqüências causadas pela ruptura intentada pelo novo príncipe.

Mas voltando ao debate a respeito da estabilidade do governo do novo príncipe, pode-se afirmar que a única forma dele se manter é agindo constantemente sobre as mudanças ocorridas na sociedade para manter seu governo, ou seja, com enorme *virtù*. Mas, o que seria essa *virtù*?

Não irá se alongar quanto às características da *virtù* por já se ter tratado do tema em outro tópico, mas, de qualquer maneira, aqui faz-se brevemente uma nova exposição.

Essa *virtù* implica ter em mente que a política, principalmente em um principado novo, é um conflito contínuo e com mudanças constantes que nem sempre podem ser esperadas. Conflito esse representado, no capítulo IX, pela oposição entre o povo que não quer ser oprimido e pelos nobres que querem mais poder, riqueza o que, em conseqüência, significará oprimir o povo. O príncipe de *virtù* deve então saber ler essas alterações da realidade e agir continuamente sobre elas, bem como se preparar para alterações que podem ocorrer. Esperar inerte observando os acontecimentos é se expor e ficar vulnerável à *fortuna*.

Deve, então, o príncipe ser dinâmico para se manter estático, isto é, deve o governante agir continuamente para manter inalterado o seu atual estado de príncipe. Colocado dessa forma, manter o atual estado de príncipe significa agir no presente continuamente e, não, contemporizar.

Maquiavel não conceitua especificamente como deve ser a ação do príncipe, pois, por se basear na realidade das coisas para fazer sua teoria, sabe que as mudanças políticas podem gerar tantas situações particulares, cada uma com suas peculiaridades, que é impossível conceituar um meio de ação específico universal para lidar com a *fortuna*.

Não é por outro motivo que Antonio Negri afirma que no *Príncipe* o “exercício do poder se mostra sempre como equação de variáveis infinitas. É no

ato de entrar no jogo dessas variáveis, e empenhar-se na escolha de uma ou de outra, que a política se forma.”<sup>33</sup>

Como se vê pelos capítulos X, XII, XIII e XIV, o príncipe de *virtù* precisa, ainda, utilizar-se das armas próprias, pois só aquele que pode se garantir pela posse dos meios de ação é que terá sucesso na luta contra a *fortuna*. Como se disse, o príncipe novo funda uma nova ordem política e ética, de forma que é preciso fazer com que aqueles que não acreditem nele pela sua política o façam forçados pelas armas.

Ainda, pelo que se extrai dos capítulos XV à XVIII o príncipe novo, diante da grande conturbação que gera uma nova ordem, deve saber agir contra a moral comum quando for necessário, pois muitas vezes esse é o único meio de preservar seu governo e o próprio bem da população.

Pode-se, então dizer que essas são as características principais da *virtù* que se encontra no príncipe. Mas os temas interessantes sobre a *virtù* e fortuna no opúsculo não acabam por aí. Um aspecto interessante em Maquiavel é quando ele trata da luta da *virtù* contra a fortuna quando o estado que o príncipe conquista era uma república acostumada a viver livre. Nesse caso, segundo se percebe pelas afirmações de Maquiavel, o príncipe estará sujeito aos ataques da fortuna em seu grau máximo.

Assim, Maquiavel afirma, no capítulo V, que as repúblicas criam um sentimento de liberdade tão grande que, após os cidadãos terem a experiência de viver livres, nunca mais se esquecem dessa forma de viver e, ainda, não se acostumam a viver como súditos.

O secretário florentino afirma que, no que se refere às cidades livres:

(...) não existe modo seguro de possuí-las exceto a destruição.  
 (...) nas repúblicas há mais vida, mais ódio, mais desejo de vingança. Ali a recordação antiga da liberdade não as deixa, não as pode deixar em paz e, por isso, o meio seguro para possuí-las é ou destruí-las ou nelas habitar.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte*; Rio de Janeiro; DP&A; 2002; p. 83 1ª ed..

<sup>34</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*; São Paulo; Martins Fontes; 2008; p. 22 3ª ed.

Pocock faz uma interpretação desta afirmação de Maquiavel no sentido de que a república, o culto à liberdade, “(...)a experiência de cidadania, especialmente se prolongada através de muitas gerações, deixa uma marca indelével em sua natureza, então eles sem dúvida devem se tornar novos homens se pretendem aprender a servir um príncipe.”<sup>35</sup>

Essa marca indelével que a vida livre, a cidadania, deixa na natureza do homem só pode se dar, porque este, depois que desenvolve esse seu sentimento de liberdade, nada mais pode lhe retirar o desejo de liberdade. Até porque desejos são sentimentos irracionais e nada em nossa vontade pode apagá-los.

Dessa forma, parece que Maquiavel vê a liberdade do homem como um sentimento que funciona como um diamante em seu estado bruto, que sempre esteve junto com o homem, mas que, antes de ser lapidado (desenvolvido), não pode mostrar o máximo de seu potencial. No entanto, depois de lapidada a pedra (desenvolvido o desejo de liberdade) é muito difícil conseguir fazer aquela pedra voltar para seu estado bruto, pois sua natureza foi marcada definitivamente.

Dessa maneira, aquele príncipe que ocupa uma república, enquanto não passadas várias gerações, não poderá se descuidar, tendo em vista que a população livre a todo tempo tentará recuperar sua liberdade. Nesse caso, conforme ensina Maquiavel a fortuna atacará o príncipe em grau máximo e, dificilmente, ele conseguirá manter sua conquista.

Disso se extrai que os povos que vivem livres são muito mais fortes para resistir às contingências do que o governado por um príncipe.

Assim, nem mesmo no *Príncipe*, Maquiavel deixa de esconder sua preferência pelos regimes livres. Preferência esta que está fundada na sua análise de que as organizações políticas em que o povo é o ator principal tendem a ter muito mais sucesso. Não é por outro motivo que a sua maior admiração é pela liberdade e grandeza da República de Roma.

---

<sup>35</sup> Trecho livremente traduzido da seguinte parte do original: (...) the experience of citizenship, especially if prolonged over several generations, sets an indelible mark upon their natures, so that they indeed become new men IF they are to learn willing obedience to a Prince. Pocock, John Greville Agard; *The Machiavellian Moment*; Princeton University Press; New Jersey; 2003; 2ª ed. p. 165

Continuando, ainda, o exame da liberdade no *Príncipe* percebe-se que Maquiavel coloca o povo como tendo um papel crucial na manutenção tanto do principado como da república. É assim no capítulo, XIII, quando afirma que só as tropas formadas por cidadão ou súditos de um Estado são capazes de dar segurança e sustentabilidade ao governo.

No capítulo X, afirma o secretário florentino que o *Príncipe* só conseguirá se proteger das ameaças externas quando tiver o apoio do povo. Por isso, interpreta-se que esse apoio ocorra quando seu regime for voltado para os interesses populares.

Interessante, inclusive, que no mesmo capítulo X do *Príncipe* o exemplo de cidades prontas a resistirem a ataques externos são as da Alemanha. Essas cidades, conforme o próprio Maquiavel afirma nos *Discursos*, vivem em um regime de liberdade e igualdade enorme. Assim, mais uma vez pode-se entender aqui que o secretário florentino está a defender que quanto mais livre seja um povo, maior a sua chance de fazer duradouro um regime, ou seja, de maior *virtù*.<sup>36</sup>

Newton Bignotto vê no capítulo IX do *Príncipe* um ponto fundamental da necessidade do elemento popular para que se consiga preservar a vida de um principado. Segundo defende, neste capítulo, Maquiavel afirma que os governos são resultado dos conflitos existentes em cada estado, ou seja, do desejo do povo de não ser comandado e de não ser oprimido pelos nobres em oposição ao desejo destes de comandar e oprimir o povo.

Desses interesses antagônicos, segundo explica Maquiavel, poderá surgir um principado, um regime livre ou uma anarquia. De acordo com Bignotto, nesse caso o príncipe seria, então, o “representante” da classe vencedora do conflito. Poderá ser um governante que defenda os interesses do povo ou da nobreza.

Maquiavel, neste capítulo IX, não exita em dizer que o príncipe que se apóia no povo tem uma vida muito mais fácil e terá muito maior estabilidade. Isso porque o povo apenas deseja não ser oprimido, enquanto os nobres têm um grande

---

<sup>36</sup> Ver *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 159/160 1ª ed.

desejo por poder, de forma que qualquer política do príncipe que interfira nos seus desejos, ou deixe de atendê-los, poderá gerar conspirações contra o governo.

Demais disso, atender o desejo dos nobres, na maioria das vezes, implicará em oprimir o povo, o que causará grande desestabilização do principado. Então, segundo Bignotto, a “característica do desejo popular faz o povo o aliado perfeito para aquele que quer governar, pois ele nunca encontrará no seu caminho alguém que vise o mesmo objeto”.<sup>37</sup>

No entanto, chegar ao poder com o apoio do povo, fazendo-se um principado com sustentação no apoio popular, significa permitir com que o povo faça parte das instituições e, também, deixar algum espaço institucional para que o povo participe das decisões políticas.

A outro giro, conforme sustenta Bignotto, o príncipe que tem o apoio do povo, segundo pensamento de Maquiavel sobre desejos humanos<sup>38</sup>, sempre irá querer expressar de forma cada vez maior sua potência e seu poder. Muitas vezes, por exemplo, ele irá tomar medidas opressivas aos nobres, fato que não se compatibiliza com o simples desejo de não opressão do povo. A potência inerente ao próprio príncipe é incompatível com o desejo de não opressão do povo, desejo esse que não pode se manifestar de forma completa através do príncipe.

Por isso, conclui Newton Bignotto que é só através da república que o desejo do povo pode se desenvolver plenamente. Sopros de liberdade podem até aparecer no regime de um só, como nos casos do príncipe que se apóia no povo, no entanto esses regimes nunca extrairão a potência máxima do desejo do povo.

Concluindo sua interpretação do papel do povo no *Príncipe* afirma Bignotto que “o príncipe pode dar segurança ao povo, jamais a liberdade. Pode contar com sua `boa vontade`, jamais satisfazer seus desejos. Não podendo,

---

<sup>37</sup> BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*; São Paulo; Edições Loyola; 1991 p.116

<sup>38</sup> “a natureza criou os homens de tal modo que eles podem desejar tudo (...). Daí nasce a variação da fortuna deles: porque, visto que os homens são desejosos, em parte porque querem ter mais, em parte, porque temem perder o que conquistaram, chegam à inimizade e à guerra (...)”; Maquiavel, Nicolau Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 113, 1ª ed.

portanto, ser plenamente porta-voz de sua vontade, ele não terá nunca o gozo de toda a sua força.”<sup>39</sup>

Essa interpretação do Príncipe feita por Newton Bignotto é importante para demonstrar que Maquiavel, a todo momento neste livro, coloca a participação do povo nas instituições do novo príncipe como cruciais para que ele consiga manter seu governo.

Disso se pode se interpretar que é de mais *virtù* o príncipe que, no momento da fundação de seu principado, faça instituições e leis focadas na participação do povo nos assuntos do Estado. Assim, deve formar tropas compostas por súditos e abrir algum espaço nas instituições para participação do povo.

Um príncipe novo que, dessa forma, que crie instituições focadas no povo terá mais estabilidade no seu governo e ficará menos exposto às garras da *fortuna*. O governo que seja mais aberto poderá aproveitar mais da *virtù* de vários súditos, tornando-se mais forte.

Pocock também parece concordar que, quanto mais livre for um regime, maior será a dificuldade para o príncipe conquistá-lo e, sobretudo, para mantê-lo, confira-se:

Em contrapartida, o novo príncipe não encontra conteúdo completamente desprovido de forma; ele toma uma sociedade já estabilizada em seus costumes próprios e sua tarefa – relativamente difícil ou fácil de acordo com o quanto estejam acostumados à liberdade ou obediência – é substituir a “segunda natureza” por outra.<sup>40</sup>

Portanto, pode-se concluir que o príncipe, para ter maiores chances de sucesso e ficar menos exposto à fortuna, deve, no momento da inovação, fundar instituições que preservem a *virtù* do povo, pois só assim ele poderá ter *virtù*. Isso implica dizer que, mesmo no *Príncipe*, Maquiavel vê o povo e a liberdade como

---

<sup>39</sup> BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*; São Paulo; Edições Loyola; 1991 p.118

<sup>40</sup> Trecho livremente traduzido da seguinte parte do original: (...) By contrast, the new prince does not find matter lacking all form; He takes possession of a society already stabilized by customs of its own, and his task – relatively hard or easy according as it is used to liberty or obedience – is to replace this “seconde nature” with another. Pocock, John Greville Agard; *The Machiavellian Moment*; Princeton University Press; New Jersey; 2003; 2ª ed. p. 175

os elementos mais valiosos para se conseguir preservar um regime em relação às contingências do tempo.

### 1.3

#### ***Virtù nos Discorsi***

Nos Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, Maquiavel escreve sobre as repúblicas. Assim, diferentemente do *Príncipe*, onde seu foco era a inovação radical com a instauração de um novo principado, nos *Discorsi* ele foca na liberdade das repúblicas e aspectos relativos à sua fundação e manutenção no tempo.

Maquiavel tenta demonstrar que o regime popular das massas é o mais eficiente e, também, o mais apto a resistir às contingências do tempo. Desta maneira, a teoria da inovação desenvolvida no *Príncipe* é transportada e influencia diretamente a formação e manutenção das repúblicas.

Assim, o olhar de Maquiavel para as repúblicas é feito através das noções de *virtù* e fortuna, de forma que, para se entender a sua teoria, é mister saber como se dá a relação da *virtù* e da fortuna com as repúblicas.

Antes de iniciar a principal discussão deste tópico, é necessário falar um pouco das repúblicas. Ora, se doravante irá se lidar com o republicanismo de Maquiavel, é preciso, ao menos, saber o que é uma república e qual é o seu objetivo básico.

Segundo Sérgio Cardoso, a palavra república surgiu do termo grego *politeia*,<sup>41</sup> sendo que esse vocábulo é ambíguo. Na verdade, conforme ensina o autor, “a mesma palavra *politeia* designa o gênero dos regimes políticos e uma de suas formas específicas, aquela, justamente, cuja disposição excelente para a realização de sua natureza política permite assinalá-la com a denominação do gênero.”<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> CARDOSO, Sérgio. *Pensar a República; Artigo Que República?*; Editora UFMG;2002; 1ª Ed. p. 31

<sup>42</sup> Ibid.

Assim, *politeia*, pode designar um gênero, dentro do qual se enquadram vários regimes políticos, isto é, várias maneiras diferentes de organização do poder político. O termo, no entanto, também pode designar uma forma específica de organização política. Essa forma, geralmente, está ligada com aquelas que eram consideradas as melhores por Aristóteles e Platão, ou seja, estão ligadas com um regime misto de governo aristocrático ou democrático.

Sobre o tema vale trazer à colação os ensinamentos de Sérgio Cardoso:

(...) os termos *politeia* e república são tomados nas indagações e debates prático-políticos dos clássicos, via de regra, na segunda acepção, como um regime determinado de governo, ainda que a caracterização ganhe, em certos casos, traços aristocráticos e, em outros, as feições da democracias. Estas concepções diversas do regime em questão podem ser observadas, por exemplo, ou mesmo paradigmaticamente, nas suas matrizes platônica e aristotélica, ou ainda no confronto que divide os partidários de um governo *stretto* e de um governo *largo* nas cidades republicanas da Itália renascentista: de um lado, em cada caso, a formulação aristocrática e, de outro, a concepção democrática desta forma constitucional, a qual se convencionou chamar de governo misto.<sup>43</sup>

A república, em linhas gerais, é conhecida como o regime das leis, ou seja, aquele em que não só os cidadãos, mas também os governantes, são obrigados a obedecer àquelas. Demais disso, é o regime onde os cidadãos, ao se unirem, resolvem colocar a busca do bem comum como a sua finalidade maior, de forma que cada um abra mão de seu interesse particular em pró do bem de todos.

A república não abre mão, ainda, de que todos os cidadãos, de alguma forma, participem das decisões sobre as questões de interesse comum. No entanto, essa participação, não precisa ser, necessariamente, no exercício das magistraturas soberanas, de forma que a monarquia, a aristocracia e a democracia podem ser comportadas dentro do regime republicano.

Sobre a república Sérgio Cardoso afirma que:

É por associar homens livres que esta forma de associação denominada “política” considera que todos devam ter alguma influência nas decisões relativas aos assuntos comuns, dispondo, assim, cada um de algum poder sobre os demais, de modo a escapar da condição servil da obediência da contraparte. Por isso, na repartição e organização das magistraturas, proporciona a todos, de forma constitucionalmente regulada, a possibilidade de exercício de algum encargo público, ainda que admita, na distribuição das magistraturas soberanas, a

---

<sup>43</sup> CARDOSO, Sérgio. *Pensar a República; Artigo Que República?*; Editora UFMG;2002; 1ª Ed. p. 31

hegemonia de um cidadão excepcional ou de alguma das partes da cidade (pois admite, como espécies, além da democracia, a monarquia e a aristocracia), com a condição de que não se permita concentração absoluta de poderes (...) <sup>44</sup>

Desta maneira, a república pode ser vista como um regime em que o povo se une com o interesse de buscar o bem comum antes de seus interesses privados. Essa união, que é prévia, se resolve na fundação de uma organização política, com maior ou menor peso da participação popular, onde o governo é guiado pelas leis.

República não se confunde com democracia, tendo em vista que nesta última o poder soberano é repartido de forma igual perante todos os cidadãos, podendo-se dizer que apóia-se na máxima “cada cabeça um voto”. Na democracia todos os cidadãos participam, direta ou indiretamente, a depender do modelo adotado, com voto de igual peso, da tomada de decisões políticas.

Na democracia vigora o governo da maioria. Já a república não exige que os cidadãos participem, em condição de igualdade, da tomada de decisões políticas. Uma república, por exemplo, pode ser composta por duas casas legislativas, com igual peso de decisão, onde uma delas seja composta pela nobreza e outra pelo povo. Esta república pode prever que a aprovação de uma lei dependa do aval das duas casas. Nesse caso, mesmo que o povo seja maioria, não conseguiria fazer sua vontade prevalecer sobre a minoria aristocrática, porquanto esta teria pela constituição voto de igual peso.

Sérgio Cardoso afirma que as democracias:

“(...) se apóiam na convicção de que a liberdade de todos, garantida pela igual repartição dos poderes ou pelo igual concurso de todos na formação da autoridade soberana neutraliza a particularidade dos interesses e produz a expressão imediata do interesse comum (...) Enquanto, pois, a democracia *parte* da suposição imediata da liberdade de todos – garantida pela igualdade política –, como condição suficiente de produção das leis, a república, como se viu, *chega* à posição de liberdade de todos como constituída pelas leis, mobilizando a abstração lógica (...) da criação das ordem civil apenas para garantir às convenções gerais, historicamente determinadas, a *forma* de leis, seu estatuto jurídico. <sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> CARDOSO, Sérgio. *Pensar a República; Artigo Que República?*; Editora UFMG;2002; 1ª Ed. p. 47

<sup>45</sup> Ibid. p. 153

Nada, no entanto, impede a junção das duas coisas, ou seja, de se ter uma república democrática. A república pode, então, ser considerada um gênero do qual a democracia é espécie.

Depois dessa brevíssima noção de como se caracteriza uma república, pode-se passar para a análise dos Discursos, principalmente no que pertine ao tema da *virtù* e da fortuna.

Maquiavel, ao começar os Discursos, assim como faz no *Príncipe*, delimita seu trabalho. Inicialmente, nos capítulos I e VI, do livro I, ele diz que não irá tratar das repúblicas que não nasceram livres, pois estas raras vezes conseguirão se manter. Diz, também, que não irá lidar com repúblicas como Veneza e Esparta, porque estas resolveram se tornar aristocráticas, fato que pode dar a elas estabilidade interna, mas não lhes permite construir um império como foi Roma.

Desta maneira, na obra dos *Discorsi* Maquiavel irá se espelhar na República Romana para construir sua teoria das repúblicas. E desta escolha já se pode fazer uma constatação, qual seja, que Maquiavel escolheu como modelo as repúblicas populares (Roma) ao invés das aristocráticas (Esparta e Veneza). E sua escolha não é movida por paixões pessoais, mas sim por um embasamento lógico que ele vai construindo no decorrer de sua obra.

Maquiavel considera que só os regimes que contam com a participação efetiva do povo em suas instituições é que são virtuosos. Isso, como já visto, vale tanto para o príncipe quanto para as repúblicas, pois como afirma Bignotto Maquiavel “não se cansou de dizer que sem o apoio do povo não há poder que possa ter a esperança de durar, também nunca deixou de lado a especificidade da ação popular (...)”.<sup>46</sup> No entanto, tal afirmação será melhor examinada no decorrer deste tópico.

As repúblicas aristocráticas, como Esparta e Veneza, podiam ter estabilidade, mas não tinham *virtù*, porque, como não integravam o povo na

---

<sup>46</sup> BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*; São Paulo; Edições Loyola; 1991 p. 153

república, não podiam armá-lo, tendo que cuidar de sua defesa, respectivamente, com os poucos cidadãos da elite ou através tropas mercenárias.

Assim, apesar de terem estabilidade interna, ficavam muito frágeis em relação às ameaças externas e só puderam durar tanto tempo, porque não sofriam grandes ameaças dos povos vizinhos.

Sobre o tema Pocock afirma que:

Esparta e Veneza não escaparam do domínio da fortuna; por defenderem sua independência, elas foram levadas a dominar seus vizinhos e essa tarefa foi demais para a elite militar de Esparta bem como para os mercenários empregados por Veneza. De fato, isso destruiu a constituição interna de Esparta e Maquiavel simplesmente não se surpreenderia se a mesma coisa acontecesse em Veneza.<sup>47</sup>

Roma, diferentemente, empregou seus cidadãos no governo e no serviço militar, de forma que se preparou militarmente para se defender de seus inimigos e, em consequência, conseguiu se conservar e formar um império. Por isso, Maquiavel resolveu tratar de repúblicas populares, pois são elas as grandes portadoras de *virtù*.

Entretanto, essas repúblicas, no momento de sua fundação enfrentam os mesmos problemas do príncipe novo, ou seja, quando, através de um ato de grande *virtù*, se rompe com uma antiga ordem e se funda uma república, imediatamente, se necessita construir a sua nova ordem política sobre bases sólidas, criando-se boas instituições e boas milícias. Isso porque, logo após a fundação, a república começará a sofrer os ataques da fortuna e, por isso, precisará agir virtuosamente para se conservar.

Esses ataques da fortuna, assim como se demonstrou no capítulo anterior, se dão, principalmente, pela inovação causada perante povo, o qual estava acostumado com a ordem antiga. Não é por outro motivo que Bignotto afirma que:

---

<sup>47</sup> Trecho livremente traduzido da seguinte parte do original: (...) Sparta and Venice did not scape the domain of fortune; from defending their independence, they were led to dominate their neighbors and this task proved too much for the Spartan military elite as for the mercenaries employed by Venice; indeed, it destroyed the internal construction of Sparta, and Machiavelli plainly would not have cared if the same thing happened to Venice. Pocock, John Greville Agard; *The Machiavellian Moment*; Princeton University Press; New Jersey; 2003; 2ª ed. p. 198

(...) todos que pretendem criar novas leis terão de vencer uma série de obstáculos, independentemente da forma que pretendam dar ao novo regime. Confrontados com um corpo social, que guarda memória de suas antigas leis, os fundadores aprendem que toda forma de política é o resultado de uma ação humana localizada no tempo, e não o desenvolvimento da essência eterna de um povo.<sup>48</sup>

Se nesse ponto há uma igualdade com o novo príncipe, quando se chega à questão relativa a ação da república contra a fortuna, aparece uma diferença. Essa diferença refere-se ao sujeito que será atacado pela fortuna e que terá que lutar contra suas garras.

Enquanto no *Príncipe* essa função cabia ao governante, nos Discursos ela cabe ao povo em seu conjunto. E isso porque a república nada mais é do que a união de todos os seus cidadãos para formarem uma vida em comum. Para isso, cada um abre mão de seus interesses particulares em favor do bem comum.

A força da república aparece pela integração de várias pessoas pelo liame da vida em comunidade. Uma união de cooperação, onde todos juntam suas qualidades e suas forças para o crescimento e evolução daquela comunidade política. O desenvolvimento e fortalecimento da república, no fim das contas, gera benefícios não só para o coletivo, mas para cada cidadão individualmente.

É certo que a vida de um cidadão é muito beneficiada quando vive em uma república rica e prospera, fato que reflete na vida de cada um e a melhora. Desta forma, a *virtù* na república está no sujeito coletivo, isto é, na manutenção dessa integração dos cidadãos, unindo a *virtù* de cada um, em busca do bem comum.

No entanto, ao falar de *virtù* coletiva, como bem lembra Newton Bignotto<sup>49</sup>, não podemos esquecer da *virtù* individual dos cidadãos. Essa *virtù* individual dos cidadãos, no entanto, estava diretamente ligada com as instituições da república. O cidadão de *virtù* quando agia, levava em conta toda a história e finalidade da instituição política a qual pertencia, de forma que sua ação não se pautava pelos seus interesses pessoais, mas era moldada para servir à finalidade seu cargo público.

Bignotto sobre o tema diz que as repúblicas fornecem:

---

<sup>48</sup> BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*; São Paulo; Edições Loyola; 1991 p.128/129

<sup>49</sup> *Ibid.* p.153

(...) o exemplo de um ator que age em nome de suas instituições e que por isso mesmo pode esperar certa continuidade de seus atos(...). Os generais romanos, quando saíam a campo, não eram obrigados a reinventar todo o percurso de seus combates, eles agiam como uma “pessoa coletiva”, que possui o dom de guardar um pouco da força que lhe foi dada pela ação dos outros cidadãos.<sup>50</sup>

A *virtù* coletiva das repúblicas se reflete em suas instituições, que pela sua história, suas finalidades e pelos exemplos dos cidadãos gloriosos que ali já estiveram, educam e a amoldam o indivíduo, deixando o mais qualificado e preparado para agir em pró do bem comum e da liberdade.

É essa *virtù* que Maquiavel diz que é muito maior nas repúblicas do que nos principados. Ora, a *virtù* do príncipe se esgota com a sua morte<sup>51</sup>, enquanto na república a *virtù* é institucionalizada e, portanto, mais duradoura. Além disso, a república, por ter uma variedade de cidadãos que participam de sua gestão, tem, ao mesmo tempo, uma multiplicidade de homens de *virtù* que podem guiá-la.

Esse fato, segundo Maquiavel é decisivo na maior força da república, porque “(...)erra menos e tem a fortuna próspera quem, como já disse, ajusta seu modo aos tempos(...)”<sup>52</sup>, sendo que “disso provém que as repúblicas tem vida mais longa que os principados, porque podem, mais que os príncipes, acomodar-se às diversidades dos tempos, em razão da diversidade de cidadãos que nelas há.”<sup>53</sup>

Assim, as repúblicas são de mais *virtù*, porque, em vista da sua diversidade de homens, sempre terão um cidadão, ou alguns, de *virtù*, cuja natureza seja adequada para lidar com as mudanças do tempo. Por outro lado, o príncipe, não poderá mudar sua natureza para lidar com a contingência, “porque o homem que está habituado a proceder de um modo nunca muda (...) e, necessariamente,

<sup>50</sup> BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*; São Paulo; Edições Loyola; 1991 p.153

<sup>51</sup> Um dos trechos dos Discursos onde se pode interpretar que Maquiavel afirma que a *virtù* do príncipe se esgota junto com a sua vida, é quando o secretário, no capítulo XVII, do livro I, fala que só um homem (esse homem, como se vê pelo capítulo 18, é um príncipe) virtuoso poderia colocar ordem em uma comunidade corrupta. No entanto ele afirma que isso não consertaria aquela comunidade, pois “(...) nenhum homem pode ter vida tão longa que dê tempo bastante para acostumar bem uma cidade que por longo tempo foi mal acostumada.” Afirma, ainda, que “(...)assim que ele morre, a cidade retorna ao seu antigo hábito”. (MAQUIAVEL, Nicolau Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 71 1ª ed.)

<sup>52</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 351 1ª ed.

<sup>53</sup> Ibid. p. 352 1ª ed.

quando os tempos mudam e deixam de conformar-se a seu modo, advém-lhes a ruína.”<sup>54</sup>

Mas, se a república é de mais *virtù* que os principados, isso não a isenta de problemas. Como se disse acima, logo após fundada a república começam a surgir as dificuldades que ameaçam a sua estabilidade e a sua vida. Estes perigos, segundo Maquiavel, seriam a fortuna e a corrupção do povo.

A fortuna, como já se viu antes, seria a contingência que, no caso da república estava ligado ao perigo das invasões externas, bem como com as instabilidades internas. Já a corrupção estaria ligada à perda, por grande parte dos cidadãos, de seu sentimento cívico, ou seja, quando começam a colocar seus interesses na frente do bem comum.

Pode-se dizer que a fortuna gera mudanças no tempo, mudanças essas que podem implicar no afastamento gradativo do povo do espaço público. Esse afastamento do espaço público afeta a cidadania dos cidadãos que, deixando de colocar o bem público acima do seu interesse particular, se corrompem. A corrupção, por seu turno, gera a ruína da república.

Não há possibilidade de vida coletiva em liberdade quando a desigualdade e o egoísmo ficam tão grandes que os cidadãos, antes de quererem viver como uma comunidade, pretendem explorar os mais fracos para se enriquecer e ter mais poder. Uma sociedade nesses moldes tende a ser uma sociedade de exploração, como o regime feudal, onde o senhor se aproveita do trabalho dos servos, os quais estão submetidos a ele. Os servos, nessa espécie sociedade, não têm autonomia, o que os impede de viverem livres e, portanto, de se instituir uma república onde existam essas estruturas sociais.

Como evitar, então, que a república sucumba nas garras da corrupção e da fortuna?

---

<sup>54</sup> MAQUIAVEL, Nicolau *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 352 1ª ed.

A solução está em conservar a vida cívica de seus cidadãos, fazendo com que eles fiquem sempre voltados para os interesses coletivos e preocupados em preservar a sua liberdade. Mas como fazer isso?

É aí que entra a questão da necessidade de uma boa fundação, pois é neste momento que se deve se criar boas instituições, boas leis e manter uma milícia forte. Estas medidas, como se verá, servem para preservar a liberdade e o espírito cívico, porquanto sem esse espírito acaba a sinergia entre os cidadãos e a república perde sua *virtù*, achando a sua ruína.

Essas medidas, como se verá, em últimas instância, implicam em servir para educar o povo, ou seja, criar nele, através de medidas educativas, o sentimento cívico de uma república livre. Sobre o tema vale citar as palavras de José Luiz Ames:

Para Maquiavel, o ideal de perfeição do homem se alcança quando consegue colocar o interesse público acima do privado. Como a natureza passional do homem tende ao contrário, a educação desempenha um papel fundamental no sentido de refrear os impulsos egoístas levando-o a agir pelo bem público, mesmo quando suas ações rendem glória aos outros.<sup>55</sup>

As boas instituições, segundo Maquiavel<sup>56</sup>, devem ter por principal objetivo proteger a liberdade do povo, o qual, inclusive, deveria ser aquele responsável pela sua guarda. Isso porque, é somente com a participação do povo na república, nos processos de decisão sobre os assuntos comuns, que se criará no cidadão o sentimento cívico.

É só fazendo com que a pessoa participe dos encargos da república, ajudando a decidir seus rumos, bem como cedendo seu tempo e força em favor do coletivo é que se conseguirá com que o homem se sinta um cidadão e uma parte integrante do todo.

As leis servem para positivar os valores éticos da república e, desta forma, proibir certas condutas perniciosas à república e à vida civil. Assim, as leis,

---

<sup>55</sup> AMES, José Luiz; *Artigo: Maquiavel e a educação: a formação do bom cidadão*; trans/Form/Ação vol.31 no.2 Marília 2008

<sup>56</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 23 1ª ed.

criando um modelo obrigatório de conduta, estabelecem um norte ético para os indivíduos, criando neles os bons costumes.

No entanto, não só as leis fazem o papel moral de educar. Maquiavel erige a religião a uma função talvez até mais importante do que a da lei no implemento dos valores cívicos nos cidadãos. Afirma Maquiavel que “quem examinar as infinitas ações do povo de Roma em conjunto e de muitos dos romanos per si verá que aqueles cidadãos temiam muito mais violar o juramento que as leis, porquanto estimavam mais o poder de Deus que dos homens(...)”.<sup>57</sup>

A religião, como se verá pormenorizadamente no próximo capítulo, é uma religião cívica, imanente, e que é posta como instrumento da república para o fim de educar para o viver civil. Conforme afirma José Luiz Ames, “Na análise do fenômeno religioso, podemos constatar a utilização deste "método": a religião é examinada a partir de seus efeitos práticos, ou seja, pela capacidade de despertar tanto o medo quanto o amor dos cidadãos a favor do *vivere civile*”.<sup>58</sup>

Ao falar da religião, Maquiavel<sup>59</sup> elogia os cultos pagãos de Roma, pois estes consideravam gloriosos os grandes feitos para a república e “só beatificava homens que se cobrissem de glórias mundanas, tais como os comandantes de exércitos (...)”<sup>60</sup>.

Além disso, a religião pagã de Roma incentivava a atos de coragem em favor da defesa da pátria e a liberdade da república. A religião, desta maneira, era uma forma de inserir valores cívicos nas pessoas e integrá-las na república em defesa da liberdade e do bem comum. Servia, assim, como recompensa espiritual para aqueles que agissem para o benefício da república e, também, como forma de coerção contra atitudes que privilegiassem os interesses privados em detrimento do bem comum.

---

<sup>57</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 49 1ª ed.

<sup>58</sup> AMES, José Luiz; *Artigo Religião e política no pensamento de Maquiavel*; Kriterion: Revista de Filosofia; nº 113, Belo Horizonte, 2006

<sup>59</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 189/190 1ª ed.

<sup>60</sup> Ibid.

No entanto, só a religião, as leis e as instituições da república não são suficientes para conter a corrupção e a fortuna. Maquiavel coloca as armas como essenciais para funcionarem em conjunto com as primeiras. Como já se disse antes, só com as armas é possível corrigir aqueles que não aceitam ser educados pela lei e pela religião. Devem crer através da espada.

Essa lição das armas serve também para a república, pois esta precisa combater com vigor aqueles que desejam colocar os interesses pessoais na frente de tudo e, com isso, começar a desestabilizar a civilidade dos outros homens. Não se pode esquecer que as armas são de grande importância, também, para proteção da república contra ameaças externas.

Mas ainda existe outra importância para as armas que não diz respeito à violência. É que Maquiavel, como se sabe, defendia que as tropas da república deveriam ser formadas por seus próprios cidadãos. A participação na milícia da república pelos cidadãos aumentava a sua ligação com a comunidade, de forma que servia para integrá-los na política. A maior demonstração de dever cívico que uma pessoa pode dar é arriscar sua vida pela pátria, pela defesa da liberdade.

Desta maneira, a participação dos cidadãos no exército, também servia como meio de educar para o viver civil.

Sobre o tema, mais uma vez, vale a pena trazer à baila as palavras de José Luiz Ames:

A insistência de Maquiavel na formação de um exército próprio decorre de sua concepção política: nenhum Estado alcança a grandeza sem um exército forte constituído a partir de seus cidadãos. A formação de um exército popular pode gerar nos cidadãos um conjunto virtudes essenciais à vida política: patriotismo, sentido de responsabilidade, solidariedade. Enfim, a educação para a vida militar forma no fim das contas o "bom cidadão": renúncia ao interesse próprio em favor do público, espírito de sacrifício, inclusive de morrer se necessário, moderação e cultivo de uma vida simples e sem luxo, sem ócio e costumes corrompidos.<sup>61</sup>

Esses meios seriam os mais adequados para preservar a liberdade e manter a república funcionando bem, pois conservariam o povo integrado. E aqui é bom

---

<sup>61</sup> AMES, José Luiz; *Artigo: Maquiavel e a educação: a formação do bom cidadão*; trans/Form/Ação vol.31 no.2 Marília 2008

fazer uma ponderação importante. Manter o povo integrado não quer dizer o mesmo que transformar a massa de cidadãos em um todo homogêneo.

Um dos grandes méritos de Maquiavel foi enxergar a política como dissenso, como o meio onde os interesses contrários lutam para prevalecer uns sobre os outros. Dessa forma, uma constituição que preserva a liberdade é aquela que prevê meios ordinários onde os conflitos possam ser travados. Inclusive, é através dos conflitos, que a república irá se renovando.

Isso porque, as instituições e as leis começam a não ser mais tão boas com o passar do tempo. E isso se dá, segundo Maquiavel, devido às mudanças ocorridas no tempo histórico promovidas pela fortuna. O mundo, a sociedade, com o passar do tempo vai se tornando diferente e aquelas leis, tanto civis, quanto religiosas, feitas para garantir a participação do povo e sua liberdade na república não são mais tão boas para esse fim.

Para evitar a perda de utilidade das instituições criadas na fundação é preciso que o povo aja com *virtù* e, esta, não pode deixar de ser ação imediata e contínua. Assim, após a fundação da república, deve o povo permanentemente renovar suas leis e suas instituições para se adaptarem às mudanças do tempo.

Sobre o tema vale citar a lição de Newton Bignotto:

Uma vez que o novo poder tenha encontrado o seu lugar, serão as exigências da conservação que comandarão a produção de novas leis. Em um principado, o príncipe guarda para si o direito de criar novas instituições. Em uma república, o legislador transfere esse direito para o corpo político.<sup>62</sup>

Pocock também trata do assunto, quando afirma que nesse caso, “os *Discorsi* são inteiramente focados naquelas situações em que, por conta do legislador ser imperfeito ou não-existente, os cidadãos acabaram por reformar sua própria *ordini* e a si mesmos – aqueles em que a matéria teve que dar a si própria uma forma.”<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*; São Paulo; Edições Loyola; 1991 p.153

<sup>63</sup> Trecho livremente traduzido da seguinte parte do original: (...) the *Discorsi* are throughout to focus on those situations in which, because the legislator was imperfect or non-existent, the citizens have been called upon to reform their own *ordini* and themselves – those in which the matter has had to shape itself into form. Pocock, John Greville Agard; *The Machiavellian Moment*; Princeton University Press; New Jersey; 2003; 2ª ed. p. 188

A *virtù* do povo, então, está em agir de forma a renovar continuamente as ordenações da república, pois com isso teriam um efeito duplo, qual seja, renovariam suas instituições para garantir a liberdade e, ainda, no processo de renovação, feito através do dissenso, aprimorariam seus laços de comunidade.

Pocock explica que:

Quando os cidadãos aperfeiçoam seus próprios relacionamentos em um contexto de tempo, eles praticam a *virtù*, no sentido de que eles buscam superioridade em relação a *fortuna*;(...)

Mas eles também praticam a virtude, no sentido que eles estabelecem, mantêm, e melhoram de fato estruturas de relações políticas e éticas, e nesse ponto a literatura teórica é bem mais ampla.<sup>64</sup>

Destarte, a renovação contínua vai se dando através dos conflitos, do dissenso, os quais, segundo Maquiavel, produzem boas leis<sup>65</sup>. Os conflitos nada mais são do que o reflexo da liberdade da teoria de Maquiavel, onde a população que vive na república não é homogênea e, assim, todos defendem na arena pública seus interesses.

Os conflitos, no entanto, para serem bons para a república como foram em Roma, necessitam da boa educação dos cidadãos, ou seja, é necessário que, mesmo no momento dos tumultos, cada lado saiba que deve prevalecer o interesse público, o bem comum.

É por isso que Maquiavel afirma, no capítulo IV do livro I, dos *Discorsi*, que em Roma raramente houve derramamento de sangue quando o povo ainda não estava corrompido. Os tumultos, segundo ele, eram feitos através de protestos, como aprontar uma gritaria na frente do senado, deixar de se alistar para a guerra e daí por diante.

Dessa maneira os conflitos foram muito sadios, pois cada grupo impedia que o outro aprovasse propostas que atendiam apenas seus interesses de grupo e

---

<sup>64</sup> Trecho livremente traduzido da seguinte parte do original: (...) When citizens perfect their own relationships in a context of time, they practice *virtù*, in these sense that they seek superiority over fortuna. (...) But they also practice virtue, in the sense that they stabilize, maintain and actually improve structures of ethical and political relationships, here the theoretical literature is very much larger. Pocock, John Greville Agard; *The Machiavellian Moment*; Princeton University Press; New Jersey; 2003; 2ª ed. p. 189

<sup>65</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 22 1ª ed.

que eram malélicas para a república. Destarte, como os grupos, apesar das diferenças, dependiam um do outro para tomar as decisões no campo público, eram obrigados a partirem de suas diferenças para atingirem uma solução única para todos. Por isso, do resultado dos conflitos sempre saiam boas leis.

É interessante, também, que todo o processo de produção de leis na teoria de Maquiavel é visto como um processo heterogêneo, ou seja, cidadãos com interesses diversos, chegando a um acordo sobre o bem comum em um espaço público.

Ne verdade, como explica Newton Bignotto, pensar qualquer república sem dissenso é utopia, pois “uma sociedade totalmente imersa na paz é talvez a ficção de mentes bondosas, mas não o espelho da condição humana.”<sup>66</sup>

Se não há como pensar a república sem o dissenso, então, o que Maquiavel faz é ver como se pode tornar esse dissenso positivo para a comunidade política. Não é fingindo que ele não existe, como se a sociedade fosse um corpo homogêneo, que se irá resolver o problema.

Em outro sentido, a alusão aos conflitos demonstra que era através dos tumultos que o povo forçava os nobres a aprovarem leis que garantissem a liberdade e oxigenasse a república, como, por exemplo, a criação dos tribunais.<sup>67</sup> Isso, porque, segundo Maquiavel, “os desejos dos povos livres raras vezes são perniciosos à liberdade, visto que nascem ou de serem oprimidos ou da suspeita de que virão a sê-lo.”<sup>68</sup>

Desta forma, o povo é o centro dos *Discorsi* quando se fala em *virtù*, que só pode ser coletiva, eis que, no processo de produção das leis e das instituições, é o povo, em última análise, quem garante a manutenção da *virtù* coletiva e da liberdade. Como já dito, na sociedade, considerada como um todo, existem diversos homens de *virtù* e, na república popular, sempre há a possibilidade da escolha de vários deles para as funções públicas mais importantes, fato que torna esse regime poderosíssimo.

---

<sup>66</sup> BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*; São Paulo; Edições Loyola; 1991 p.86

<sup>67</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; p. 21 1ª ed.

<sup>68</sup> *Ibid.*; p. 23.

Isso, somado à *virtù* formada pela sinergia do todo, faz com que o regime popular seja o mais adequado, na concepção de Maquiavel, a perdurar no tempo e vencer a fortuna.

Não é por outro motivo que no capítulo V, dos Discursos, Maquiavel afirma que é no povo que deve permanecer a guarda da liberdade. E por guardião da liberdade significa ter acesso às magistraturas, pois só dessa forma é possível proteger a liberdade. O que se vê, então, é um Maquiavel totalmente voltado para a importância do povo, da *virtù* coletiva como sendo a única capaz de formar uma grande república.

No entanto, mesmo com todas essas formas de se proteger a liberdade e fazer a prevalecer a *virtù* coletiva, ainda assim, Maquiavel admite que, após passado algum tempo, a corrupção é um grande perigo.

E ele afirma, no capítulo XVII, do livro I, que a necessidade faz com que os homens ajam de forma virtuosa. A outro giro, quando o povo fica ocioso, a tendência é que se acomode e aja um afastamento do espaço público.

É certo que, em um regime de liberdade com prevalência do povo, quando o cidadão se afasta de seus encargos públicos e começa a lidar muito com sua vida privada, acaba ocorrendo um sentimento natural de distanciamento com o público, enfraquecendo-se o sentimento de comunidade e aumentando o individualismo.

Dessa maneira, a única forma de conservar a *virtù* no povo é o ato de refundação. A refundação seria uma mudança drástica na república. Aqui não se trata de mudanças pontuais nas leis, mas de uma reforma radical, uma ruptura severa.

Essa refundação faria com que os cidadãos voltassem a ter no peito o sentimento de cidadania que havia ficado distante. A refundação, segundo o secretário florentino<sup>69</sup>, deve ser feita de tempos em tempos, ou seja, é uma possibilidade que está sempre aberta para uma república onde o povo é ator principal.

---

<sup>69</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*; São Paulo; Martins Fontes; 2007; 1ª Ed ver capítulos 1 e 49 do livro III.

Diante disso, a refundação, segundo nossa interpretação, se daria com uma reforma radical, a qual traria a tona o “terror” inicial do momento da primeira ruptura, quando se instaurara a república e sua constituição. Nesse caso, através da *virtù* armada, se fariam mudanças substanciais de ordem social e políticas, as quais extirpariam os focos de corrupção da república. Assim, por exemplo, se houvesse uma grande desigualdade, essa deveria ser afastada o mais rápido possível, pois não há como sobreviver uma república popular onde exista desigualdade.

Assim afirmou Maquiavel que “tal corrupção e pouca aptidão à vida livre provém de uma desigualdade existente na cidade, e quem quiser dar-lhe igualdade precisará lançar mão de meios extremos (...)” Ora só há liberdade onde os cidadãos tenham autonomia, sendo que essa só pode existir se houver um mínimo de igualdade entre eles.

Assim, para evitar a corrupção, Antonio Negri diz que a república precisa:

“a cada dia nova providências... Mesmo que se trate, na racionalidade do intuito que as justifica, da destruição das tropas derrotadas ou da repressão exemplar da multidão (a repressão dos “*baccanali e venefiche*). A violência do exemplo, neste comentário, não tem nada de assustador – ao contrário ela nos reconduz ao princípio.”<sup>70</sup>

No entanto, as medidas contra a corrupção, como a refundação por exemplo, devem ser tomadas antes daquela tomar conta de grande parte do povo, pois depois que isso acontece, conforme afirma Maquiavel, é praticamente impossível de salvar a república e a liberdade da ruína. Diante disso a república é a constante luta da multidão armada contra os perigos da corrupção e da fortuna.

Vê se, então, que a *virtù* nos Discursos demonstra que Maquiavel transfere para o sujeito coletivo a potência constituinte antes atribuída ao príncipe, colocando a república popular como a mais forte dentre os regimes e, também, a mais apta para vencer a fortuna. Na república visualizada por Maquiavel a *virtù* está no elemento popular, sendo este o ator principal para guardar a liberdade, compor o exército e exercer a cidadania.

---

<sup>70</sup> NEGRI. Antonio. *O Poder Constituinte*; Rio de Janeiro; DP&A; 2002; p. 122 1ª Ed.

Assim, no livro das repúblicas cabe ao povo armado a tarefa de ser príncipe, ou seja, de fundar o Estado, estabelecer as leis, as instituições e a própria ética da comunidade política. Tudo isso em um espaço que comporta a sociedade como um todo heterogêneo, como um conjunto de indivíduos, cada um com sua perspectiva de vida, que a partir do dissenso “praticado no espaço comum” chega ao resultado dos rumos que deverá dar à sociedade.

Desta forma, nos *Discursos* o povo passa a ser o inovador, sendo a sua *virtù* a sua união em uma sociedade que visa o bem comum. E para manter essa *virtù* o povo deve continuamente alterar a realidade para adequar as instituições às mudanças do tempo e, com isso, expandir sempre o espaço de liberdade e igualdade entre os seus cidadãos, mantendo assim forte seus laços e a própria cidadania.

Portanto, enquanto houver liberdade, igualdade e cidadania, a república é o regime mais apto a enfrentar a contingência e sobredeterminar o tempo. É na república democrática que o sentimento de não opressão do povo, que pode ser resumido em desejo de busca pela liberdade, é melhor espelhado, permitindo, assim, que o povo exprima sua potência máxima.

## 1.4

### ***Virtù x Moral?***

Visto a relação da *virtù* e fortuna com o tempo e, também, a forma como esses conceitos se apresentam no *Príncipe* e nos *Discursos*, chega-se ao nosso último tópico do capítulo, onde se falará sobre a relação entre a *virtù* e a ética.

É certo que Maquiavel, desde a época em que sua obra começou a ser lida e distribuída, foi um autor muito polêmico. Rios de tinta foram escritos sobre as suas idéias, sendo que existem incontáveis interpretações de seus escritos.

No entanto, chama atenção a fama do pensador no senso comum de que seus escritos são cruéis, absurdos e imorais. Concepção talvez espalhada por uma leitura moralista de Maquiavel. Certo é que, tanto no senso comum, quanto em

diversos autores, pode-se encontrar uma aversão moral à teoria daquele, são estas interpretações que criaram os termos maquiavelismo e maquiavélico.

Acusa-se o autor de ensinar diversos métodos cruéis e imorais aos tiranos para que pudessem oprimir o povo, o que teria feito em *O Príncipe*. Inclusive, o livro de Maquiavel foi proibido pela Igreja católica em 1559, a qual o incluiu no seu famigerado *Index*<sup>71</sup>. Afirma-se ainda que a teoria de Maquiavel é extremamente desumana ao sustentar a famosa máxima das razões de Estado, que os fins justificam os meios.

Em síntese, muitas interpretações enxergam em Maquiavel um pensador maldito, como, por exemplo, parte da escola Francesa. A respeito da interpretação francesa, Antonio Negri afirma que “em França prevalece a segunda alternativa. Maquiavel torna-se ali um autor tão maldito quanto se haviam tornado os Medicis, arrastados pela maldição que atinge os artífices de São Bartolomeu”<sup>72</sup>.

Sobre o tema também vale citar Quentin Skinner:

Essa surpreendente conclusão valeu de imediato a Maquiavel a reputação, no meio dos moralistas cristãos, de um homem diabolicamente perverso, Macaulay observa, no início de seu célebre ensaio, que “de seu sobrenome cunharam um adjetivo para cunhar velhacos” e de “seu nome próprio um sinônimo para diabo” (Macaulay, 1907, PP. 1-2). A caricatura do “Maquiavel assassino” não demorou a se tornar corrente no teatro quinhentista, e a tendência de quem tratava de suas obras a fazer soar uma nota de denúncia horrorizada – o que começa com o *Anti-Maquiavel* de Gentillet, em 1576 – pode se encontrar ainda perto de nós, numa série de contribuições recentes à pesquisa. Butterfield, por exemplo, vagamente sugere no início de seu *The statecraft of Machiavelli* que os críticos elisabetanos do *Príncipe* poderiam não estar tão equivocados quanto geralmente se supõe (Butterfield, 1940, PP. 10-1). E Leo Strauss afirma peremptoriamente, em seus *Thoughts on Machiavelli*, que as doutrinas do *Príncipe* são simplesmente “imorais e irreligiosas”, e seu autor só pode ser definido como “um mestre do mal” (Strauss, 1958, PP. 9-10, 12, 175).<sup>73</sup>

Ricardo Silva reforça o que está a se dizer, ao afirmar que, mesmo após vários estudos demonstrando que Maquiavel era republicano, ainda persiste no senso comum a má fama, confira-se :

---

<sup>71</sup> NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte*; Rio de Janeiro; DP&A; 2002; p. 154 1ª ed.

<sup>72</sup> Ibid.

<sup>73</sup> SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*; São Paulo; Companhia das Letras; 2009; p. 157 1ª ed.

(...) ao longo de quase cinco séculos, a interpretação republicana do pensamento político de Maquiavel jamais foi forte o bastante para se sobrepor ao retrato convencional, que chega a apresentar o florentino como um dos mais inescrupulosos conselheiros de tiranos de todos os tempos. Tal visão do sentido moral e político das idéias de Maquiavel enraizou-se firmemente no solo do senso comum, e no contexto acadêmico de meados do século XX pôde contar com o endosso enfático de influentes teóricos. Para Leo Strauss, por exemplo, a imagem mais correta do "blasfemo" Maquiavel seria mesmo a de um "professor do mal"<sup>74</sup>

Como fora visto nos tópicos anteriores, uma das grandes inovações de Maquiavel foi fazer uma leitura da política contrária aos valores da moral comum<sup>75</sup>. Afirmava que o príncipe ou o povo que fosse portador da *virtù* deveria saber agir desprezando os valores da moral comum quando as circunstâncias assim o exigissem.

Tal fato destoou completamente dos pensadores políticos da época. Era freqüente que, quando se discutia sobre a conduta do governante, os autores políticos antecessores de Maquiavel enumerassem diversas virtudes morais e cristãs necessárias ao bom governo e à manutenção de seu estado<sup>76</sup>. Os temas debatidos diziam respeito a se era melhor o governante ser amado ou temido, se devia ou não manter a palavra dada, se devia ser clemente ou cruel, se devia fazer muitos gastos públicos ou se devia ser econômico, se devia seguir os valores cristãos etc. É certo que as respostas sempre eram no sentido de que o governante deveria procurar ser amado, manter sua palavra, demonstrar clemência, fazer gastos públicos e seguir os valores cristãos, ou seja, segundo esse pensamento político, o governante só manteria seu estado e atingiria a glória se seguisse esses mais elevados valores morais, essas virtudes.

Isso é o que afirma Newton Bignotto:

Maquiavel afirma, por exemplo, que é melhor ser temido do que amado, se se quiser conservar o poder e evitar as armadilhas da luta por uma "boa reputação". Da mesma forma, diz que não há como se evitar todo o mal, para lidar com as dificuldades inerentes à luta pelo poder. Em todos esses pontos, ele contraria as

---

<sup>74</sup> SILVA, Ricardo; Artigo: *Maquiavel e o conceito de liberdade em três vertentes do republicanismo*, Revista Brasileira das Ciências Sociais, vol.25 no.72 São Paulo Feb. 2010.

<sup>75</sup> Aqui se usa o termo "moral comum", porque, conforme se verá, existem teorias que sustentam que há mais de um campo de aplicabilidade da moral e que, em cada um destes campos, suas normas seriam diferentes.

<sup>76</sup> O vocábulo aqui é utilizado em letra minúscula, pois não se refere ao Estado moderno, mas sim ao estado de governante, manter inalterado o estado das coisas.

idéias difundidas pelos *espelhos*, que faziam do governante seguidor dos valores cristãos, em todas as suas configurações, o governante ideal.<sup>77</sup>

Assim, por Maquiavel se afastar desses valores da moral comum, os conservadores começaram a usar a palavra “maquiavelismo” para indicar seu pensamento. Esse vocábulo dá uma visão pejorativa da teoria de Maquiavel. François Châtelet, se referindo à obra *O Príncipe* explica que “A tradição à qual devemos o uso atual do termo ‘maquiavelismo’ conservou desse texto somente a apologia que nele seria feita a imoralidade impensável e, por conseguinte, legítima que se liga a toda vontade de poder”<sup>78</sup>

Dessarte, Maquiavel, ao tratar desses valores morais, diverge fortemente dos autores políticos que o antecederam. É certo que em *O Príncipe*, antes de abrir a discussão sobre esses valores morais discutidos em sua época, Maquiavel já adverte que a posição que vai tomar está na contramão da tradição de seu tempo. Explica que muitos que escreveram sobre o governo o fizeram pensando somente em como as coisas deveriam ser e, dessa forma, esqueceram-se da realidade, ou seja, esqueceram as coisas como elas realmente são.

Diante disso, Maquiavel avisa que não adianta fazer teorias que se afastam da realidade e, por isso, irá se concentrar na análise do governo como ele realmente é. Assim, neste ponto, Maquiavel demonstra que se mantém no campo da imanência, rejeitando qualquer relação transcendental em seu aconselhamento político.

Sobre o tema vale citar trecho de *O Príncipe*:

Resta agora ver como deve comportar-se um príncipe em relação a seus súditos ou seus amigos. Como sei que muitos já escreveram sobre este assunto, temo que, escrevendo eu também, seja considerado presunçoso, sobretudo porque, ao discutir esta matéria, me afastarei das linhas traçadas pelos outros. Porém, sendo meu intento escrever algo útil para quem me ler, parece-me mais convincente procurar a verdade efetiva das coisas do que o que se imaginou sobre elas. Muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais foram vistos e que nem se soube se existiram na verdade, porque há tamanha distância entre como se vive e como

---

<sup>77</sup> BIGNOTO, Newton, Artigo: *A Antropologia Negativa de Maquiavel*, *Analytica*, Volume 12, número 12, p. 81

<sup>78</sup> CHÂTELET, François, *História das Idéias Políticas*; Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1997, p. 39

se deveria viver, que aquele que trocar o que se faz por aquilo que deveria ser se deveria fazer aprende antes a arruinar-se que a preservar-se;(...)<sup>79</sup>

Visto isso, Maquiavel passa a tratar dos temas relativos a melhor forma de governar. Quando trata do tema se é melhor ser temido ou amado, no capítulo XVII de *O Príncipe*, afirma que o ideal é ser as duas coisas, mas que, dificilmente, se conseguirá tal feito. Desta forma, se for necessário escolher, afirma que é melhor ser temido, afirmação inovadora perante os escritos de sua época.

Segundo Maquiavel, o governante que consegue ser apenas amado, e não temido, acaba se prejudicando, porque os homens quando são perversos rompem os vínculos com quem amam sempre que os interessa, enquanto aquele que é temido faz com que os homens maus sempre tenham receio de ir contra o que temem, pois neste caso sabem que poderão estar sujeitos a severa punição e males.

Sobre o tema observe-se a seguinte passagem de *O Príncipe*:

Os homens têm menos receio de ofender a quem se faz amar do que a outro que se faça temer; pois o amor é mantido por vínculo de reconhecimento, o qual, sendo os homens perversos, é rompido sempre que lhes interessa, enquanto o temor é mantido pelo medo ao castigo, que nunca te abandona.<sup>80</sup>

Por isso mesmo, afirma Maquiavel que o príncipe deve pretender ser considerado piedoso, e não cruel. No entanto diz que o soberano, se quiser se sustentar no poder, além de não usar mal a piedade, deve saber ser cruel quando for necessário, punindo severamente contravenções e tumultos que prejudiquem a ordem e a vida coletiva.

Defende que um governante que sabe ser cruel na hora necessária é muito mais piedoso do que qualquer príncipe que não puna seus súditos. Isso porque, o monarca que sabe ser cruel, consegue manter a ordem e preservar a sociedade da desordem, assassinatos e rapina. Tais desordens coletivas, segundo Maquiavel, são muito piores que a punição severa a infratores individuais, porquanto esta preserva a paz e segurança da sociedade em detrimento de poucos indivíduos. Já o excesso de piedade prejudica a toda a coletividade.

---

<sup>79</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*; São Paulo; Martins Fontes; 2008; p. 73 3ª ed.

<sup>80</sup> *Ibid.*; p. 80.

A mesma coisa acontece no que diz respeito à indagação se um governante deve ser liberal com os gastos, fazendo grandes obras, construções e investimentos em geral ou se deve ser contido nos gastos. Nesse tema, os escritos políticos antes de Maquiavel afirmavam com convicção que, se um governante deseja atingir a glória, deve ser liberal com os gastos e, assim, fazer grandes obras e investimentos públicos.

Maquiavel, ao contrário, afirma que o governante deve se conter nos gastos, tendo em vista que um príncipe econômico, com o tempo, tende a ser considerado muito mais liberal do que um gastador. Isso porque o governante que age com liberalidade, mais cedo ou mais tarde, vai ter que aumentar tributos para custear seus gastos, fato que gerará grande ônus para o seu povo. Este, ao ver seu patrimônio se esvaindo com altos tributos, de certo ficará muito insatisfeito com o governo, podendo até mesmo se rebelar contra este.

Sobre o tema afirma Maquiavel:

Portanto, para não ter que roubar dos súditos, para poder defender-se, para não ficar pobre e desprezível e para não ser obrigado a se tornar rapace, um príncipe deve temer pouco incorrer na fama de miserável, porque este é um dos vícios que lhe permitem governar.<sup>81</sup>

A outro giro, o governante que procura ser controlado com os gastos públicos, segundo o autor, pode ser mal visto em um primeiro momento, entretanto, após algum tempo será visto como liberal, pois o povo perceberá que a sua conduta econômica não os sobrecarrega com impostos, podendo eles terem uma vida particular mais tranqüila em relação aos seus ganhos.

Ainda, no que diz respeito à religião, é de se ressaltar que os escritores políticos da época viam como fator crucial em um homem virtuoso que este fosse praticante da fé cristã. Já Maquiavel, em uma posição bastante delicada para época em que viveu, quando a Igreja Católica tinha um enorme poder repressivo, defendia que a fé cristã era uma das grandes culpadas pela falta de *virtù* na Itália de seu tempo.

---

<sup>81</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*; São Paulo; Martins Fontes; 2008; p. 76 3ª ed.

Segundo ele, a religião cristã era uma das grandes responsáveis pelo enfraquecimento da Itália de seu tempo. Afirmou Maquiavel que a religião cristã acovardava os homens, tornando-os efeminados. E isso, porque pregava que os homens deveriam se preocupar apenas com um segundo plano, o da transcendência, dizendo que nesse mundo os homens deveriam ser humildes, não buscar riquezas, tendo uma vida simples para, desta forma, após a morte chegarem à glória que seria a vida no “paraíso”.

Desta forma, tais pregações, segundo Maquiavel, geraram uma enorme passividade nos homens, que tinham incutidos em suas mentes valores que lhes induziam a aceitar o sofrimento e as barbaridades que na vida material lhes era imposta para, assim, atingir a glória após a morte. Ademais, fez com que os homens não mais tivessem vontade de buscar grandes feitos neste mundo, tendo em vista que isso não lhes traria qualquer glória, fato que secou a *virtù* dos homens de seu tempo.

Diante disso, com posições tão radicais em contrário ao que se era pregado na época, Maquiavel foi condenado por severa crítica, tanto daqueles que defendem os valores canônicos, quanto por outros que o entendiam cruel e imoral.

Diante disso, é que se faz a pergunta central desse tópico: pode-se realmente considerar o pensamento de Maquiavel como imoral? Pode-se dizer que ele era um pensador maldito?

Para responder essa questão, é primordial que antes se trate da relação entre a política e a moral, ou seja, a moral comum pode-se aplicar na política ou esta tem uma moral própria?

Muito já se discutiu sobre esse tema, no entanto entendemos que, para que se possa fazer uma correta avaliação, é preciso esclarecer que a moral comum trata do exame da conduta individual, isto é, examina se a conduta adotada em uma situação esteja de acordo com certos valores, com determinada norma moral, independente do resultado que ela possa gerar. Assim, a moral comum regula a conduta do indivíduo.

Já a política, diz respeito à ação do coletivo, ou seja, as regras que guiam a conduta política devem ser elaboradas visando “controlar” a ação de um grupo de

peçoas. Desta maneira, as regras da moral comum, já em uma primeira análise, se mostram inadequadas para reger a vida política, tendo em vista que são feitas para dirigir a ação individual. Por isso, não se adéquam para regular as ações coletivas.

Sobre o tema, vale citar ainda as palavras de Raquel Kritsch:

*Política e moral, portanto, pertencem a sistemas éticos diferentes. Uma ética individual pode produzir santos. Mas não produz a política. Pois a ação social é aquela que se refere aos outros, e não aquela tomada em si mesma segundo a consciência de cada um. Toda ação social, na qual se insere a ação política, é uma relação social. Entender a relação entre agentes políticos, portanto, exige algo mais do que a mera concepção do indivíduo. Como em Aristóteles e Cícero, a noção política de virtude não equivale à noção individual de virtude ("o bem do indivíduo não se confunde com o bem da cidade", escrevera o filósofo grego muito antes). A ação política tem objetivos e condições de eficácia que não se confundem com as condições da ação individual.<sup>82</sup>*

Essa diferença fica clara quando começa a se questionar o dia a dia da vida social, onde, em geral, a violência praticada por uma pessoa, em regra, é tida como contrária as regras da moral. Por outro lado, a violência coletiva, praticada através da ação do Estado, em geral, é tida como moral. Tome-se, por exemplo, o caso da privação da liberdade através da força. Se um indivíduo priva o outro de sua liberdade por meio da violência, configura-se, provavelmente, a um delito de cárcere privado. A outro giro, quando o Estado priva um sujeito de sua liberdade, por meio da violência, em virtude de ter cometido algum ilícito, essa conduta é tida como moralmente válida.

Ainda outros exemplos podem ser citados, como o ato de um Estado (grupo de pessoas) entrar em guerra com outro Estado. Não se tem dúvidas de que os critérios para julgar como moral ou imoral a conduta dos dois Estados é completamente distinto daquele com o qual se julga quando dois homens entram em uma briga armada.

Ademais, toda ordem política estatal, em última instância, só é garantida por meio da força, ou seja, o Estado só consegue se manter e ordenar a sociedade através do uso da violência, fato que é considerado normal e moral. Todavia, se um cidadão pretende se valer da violência para garantir o cumprimento de um

---

<sup>82</sup> KRITSCH, Raquel, *Artigo: Maquiavel e a construção da política*, Lua nova: Revista de Cultura e Política, Vol. n°.53 São Paulo 2001

contrato, a princípio, estará agindo de maneira contrária as normas da moral comum.

Ora, como bem diz Norberto Bobbio, a moral comum só consegue sustentar a proibição do uso da violência individual por ser considerada legítima a violência coletiva, É só o fato de o Estado, através da violência coletiva, garantir os direitos de cada indivíduo que justifica a impossibilidade e a imoralidade de um indivíduo buscar um direito seu, ou defendê-lo (salvo caso excepcionais), com o uso da força.

Dá já se vê a diferença entre a valoração da conduta de um indivíduo e da conduta do grupo, de forma que é completamente inviável que se aplique as mesmas regras da moral comum para a política, devendo esta se reger por regras morais próprias. É por isso que muito se discute na política qual o melhor critério moral a valorar a conduta política. Muitos filósofos afirmam que na política deve-se valorar uma ação como boa ou má de acordo com a sua capacidade para alcançar o resultado pretendido. Assim de acordo com eles, a ação política seria boa sempre que atingisse a finalidade almejada.

Para outros, como Norberto Bobbio, o simples fato de atingir o fim pretendido não seria suficiente para considerar uma conduta política moral. Para ele, mais do que isso, deve se pesquisar se o fim buscado pela ação política era legítimo, ou seja, se visava o bem comum. Destarte, não se poderia considerar legítima, e portanto moral, uma ação política que visa apenas beneficiar o interesse individual de poucos e, não, ao bem comum.

Independente de qual seria a melhor concepção de moral para a política, o que se pretende deixar claro neste momento é que as regras da moral comum não são aptas para valorar a conduta política, tendo esta uma concepção própria. Desta forma, já se pode começar a responder a pergunta se a teoria política de Maquiavel era imoral.

Ora, Maquiavel em todo momento busca basear sua teoria nos fatos reais da vida, sem elementos de transcendência. Nessa análise procura demonstrar que existem valores coletivos, como o bem comum, segurança, liberdade, que estão acima de interesses individuais. Dessa forma, entende que, na política, o bem

maior que um governante ou que um povo pode conseguir é manter é a paz e a liberdade.

Assim, considerando a moralidade embutida nas duas obras de Maquiavel, percebe-se que ele defende que o maior bem que se deve proteger é a manutenção do governo recém instaurado (“O Príncipe”) e a liberdade da República (“Discursos”). Em vista disso, para ele, quando esse bem, a manutenção do governo ou a liberdade republicana, entra em choque com qualquer outro valor, este deve ser deixado em segundo plano para a preservação do interesse maior e mais valioso.

O que se percebe, assim, na obra de Maquiavel é que ele coloca o interesse de uma comunidade acima de interesses individuais. Estabelece uma moralidade política diversa da moral comum, pela qual o bem comum, através da conservação do governo (ou da República), está acima de valores da moral comum. Em suma, estabelece uma nova moralidade política, segundo a qual o maior valor é o bem comum.

Por isso muitos dizem que Maquiavel talvez tenha sido o primeiro a ver a diferença e separar a moral comum da moral política. Aliás, Quentin Skinner afirma que:

(...) a diferença entre Maquiavel e seus contemporâneos não pode ser avaliada como a diferença entre uma visão moral da política e uma concepção da política que estaria divorciada da moralidade. O contraste essencial diz respeito, isso sim, a duas moralidades distintas – duas exposições antagônicas e incompatíveis do que em última análise se deve fazer.<sup>83</sup>

João Adolfo Hansen também pensa neste sentido:

Não se trata, na oposição das “razões de Estado, da diferença entre uma visão moral da política e uma visão imoral da mesma, pois o contraste essencial é o de duas moralidades inimigas, como adverte Skinner. A reação católica pressupõe a verdade divina como fundamento absoluto da ética. Como Maquiavel descarta Deus em política, a “razão de Estado” católica o constitui como “mal”, “falta de bem” ou “imoralidade”. Sua obra tem outros pressupostos, contudo, e não se deixa reduzir ao bem católico.<sup>84</sup>

---

<sup>83</sup> SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*; São Paulo; Companhia das Letras; 2009; p. 155 1ª ed.

<sup>84</sup> HANSEN, João Adolfo. *A Crise da Razão*, Artigo: Razão de Estado, Companhia das Letras, 1999, p. 151

Visto isso, percebe-se que Maquiavel não pode ser considerado, de forma alguma, um pensador maldito ou imoral. No entanto, é preciso, ainda, lidar com outras acusações infundadas que fazem ao autor no campo da moralidade.

Diz-se que Maquiavel é a favor da crueldade do governo e despreza os valores da moral comum. Tal fato, no entanto, não é verdadeiro. Maquiavel, no capítulo XVIII, do *Príncipe* é bem claro ao afirmar que um governante sempre deve tentar seguir os valores morais, as virtudes, que todos entendiam como louváveis. Entretanto, se as circunstâncias não permitissem seguir esses valores, deveria o governante deixá-los de lado, pois o bem coletivo com a manutenção da segurança e da paz, ou da liberdade da República no caso dos *Discursos*, é mais importante e mais valioso que as ditas virtudes.

Em síntese, Maquiavel acha que o governante deve sempre agir pautando-se pelos mais elevados valores morais, no entanto, entende que o bem comum<sup>85</sup> é mais valioso que a violação de valores morais que atingiriam um ou poucos indivíduos.

Confirmam-se as palavras de Maquiavel:

Assim, deve parecer clemente, fiel, humano, íntegro, religioso – e sê-lo, mas com a condição de estares com o ânimo disposto a, quando necessário, não o seres, de modo que possas e saibas como tornar-te o contrário.(...)

Precisa, portanto, ter o espírito preparado para voltar-se para onde lhe ordenarem os ventos da fortuna e as variações das coisas e, como disse acima, não se afastar do bem, mas saber entrar no mal, se necessário.<sup>86</sup>

Inclusive, pode-se ver no capítulo XVII do *Príncipe*, que Maquiavel coloca o bem comum, da coletividade, acima do indivíduo, confira-se:

(...) será mais piedoso do que aqueles que, por excessiva piedade, deixam evoluir desordens, das quais resultam assassínios e rapinas; porque estes costumam prejudicar uma coletividade inteira, enquanto as execuções ordenadas pelo príncipe ofendem apenas um particular.<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> Aqui vale lembrar que o bem comum na obra *O Príncipe* é a manutenção da paz e da segurança pelo governo forte. A outro giro, nos *Discursos* bem comum se relaciona com a manutenção do governo livre através da República. Tais valores, na ética do coletivo, para Maquiavel estão acima de valores da moral individual que, como visto, não podem ser livremente aplicados à ação política.

<sup>86</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*; São Paulo; Martins Fontes; 2008; p. 85 3ª ed.

<sup>87</sup> *Ibid.*; p. 79.

No trecho supra isso fica claro, pois o secretário florentino afirma que é melhor fazer mal a um indivíduo, do que ter excesso de piedade com este e, com isso, prejudicar toda a coletividade.

Desta forma, percebe-se que Maquiavel sempre se importou com que o príncipe agisse de acordo com os mais elevados valores da moral comum. Contudo, Maquiavel, em sua teoria, procurou apenas demonstrar que na política, muitas vezes, não se caberá a aplicação de normas da moral comum, tendo em vista que a ética de grupo, do coletivo, não pode ser igual à ética individual. Os valores de uma e de outra são totalmente distintos.

Maquiavel que, como sempre, tentou se manter no campo da imanência, do real, não poderia desprezar que no campo político existiam valores diferentes a se preservar e que o governo de acordo com as normas da moral comum, como se preconizava pelos autores de seu tempo, muitas vezes poderia levar à ruína da organização social e a prejuízos coletivos muito maiores do que as ações contrárias àquela moral que rege as condutas individuais.

Maquiavel, talvez tenha sido pioneiro neste ponto, com uma teoria imanente, colocando a ética da política em um plano apartado da moral comum. Mostra que os valores das normas morais para a ação coletiva não irão coincidir muitas vezes com as que regem a ação do indivíduo, explicando que, nesse caso, o governante deve tomar a atitude que preserve melhor os interesses da comunidade e, não, ficar preso à moral comum e chegar à ruína daquela comunidade.

Nesse sentido Raquel Kritsch:

Tal como os clássicos, Maquiavel admite que tanto a política quanto a moral se estendem por um mesmo campo: aquele da ação humana. Mas política e moral distinguem-se por terem princípios ou critérios diferentes de avaliação e de justificação das ações. O critério de julgamento da ação moral é o *respeito a uma norma absoluta e indiscutível* por parte do indivíduo ("não matarás")– Para o homem moral o relevante é a pureza de intenções e a coerência da ação. O critério de julgamento da ação política, por sua vez, é o *resultado* dessa ação praticada em nome do grupo(...)<sup>88</sup>

---

<sup>88 88</sup> KRITSCH, Raquel, *Artigo: Maquiavel e a construção da política*, Lua nova: Revista de Cultura e Política, Vol. nº.53 São Paulo 2001

Tanto é verdade que Maquiavel condena veemente aqueles que agem de forma cruel ou contrária à moral comum, quando isso não era absolutamente necessário. Nesse ponto, percebe-se que Maquiavel somente aceita que se tome uma ação contrária à moral comum quando ela é a única forma de atingir o interesse da coletividade, o bem comum.

Tanto assim que critica severamente aqueles príncipes que têm costume de agir de forma imoral e cruel, não fazendo o menor esforço para agir de outra maneira, mesmo diante de circunstâncias favoráveis. Esse é o famoso exemplo de Agátocoles<sup>89</sup>. Um antigo governante da Sicília.

Veja-se nesse sentido Quentin Skinner, ao dizer que Maquiavel:

(...) está longe de querer tomar o mal por bem, e é bem raro que diga qualquer coisa implicando que as virtudes convencionais não devam ser consideradas admiráveis em si mesmas.(...)

Mas também fala em tom desaprovador daqueles príncipes que nunca envidam o menor esforço para se portar virtuosamente, mesmo ante as circunstâncias mais favoráveis. Seu exemplo mais conhecido é o de Agátocoles, tirano da Sicília, que “se conduziu como um criminoso” em “cada estágio de sua carreira”. Embora isso lhe trouxesse um sucesso extraordinário perante a fortuna mais adversa, Maquiavel recusa-se a considerá-lo um exemplo da *virtù* principesca(...)<sup>90</sup>

Diante disso, percebe-se que Maquiavel longe de desprezar a moral comum e seus valores, pregava sua preservação. No entanto, em sua teoria política, apenas defendia que na política, como na ética do grupo, o ordenamento de valores morais aplicados nem sempre será o mesmo da moral ordinária.

Percebe-se que tal ponto de vista de Maquiavel se deve ao fato de sempre buscar manter sua teoria e seus conselhos fincados no campo do real. Maquiavel, ao analisar como as coisas acontecem, percebeu que aqueles governantes que sempre se pautaram por seguir os valores da moral comum, independente das circunstâncias, muitas vezes geraram a ruína de seu povo, o qual sofreu males muito maiores do que no caso de aplicação de uma conduta contrária à moral comum.

---

<sup>89</sup> Ver capítulo VIII de O Príncipe

<sup>90</sup> SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*; São Paulo; Companhia das Letras; 2009; p. 158 1ª ed.

Diante disso, tenta Maquiavel demonstrar que na política os valores a preservar são diferentes daqueles valores preservados na vida de um indivíduo, de forma que a manutenção de valores fundamentais ao coletivo, muitas vezes, implica condutas viciosas aos olhos da moral comum.

Não é por outro motivo que Gramsci diz que “o próprio Maquiavel nota que as coisas que ele escreve são aplicadas e foram sempre aplicadas pelos maiores homens da História.”<sup>91</sup> Assim, Maquiavel, observando a realidade, percebeu nitidamente uma separação de valores entre ética do coletivo e ética individual, mostrando a partir daí que o governante deveria estar atento a esse fato caso quisesse fazer um bom governo e manter o seu Estado ou o povo manter a República.

Mas, depois dessa longa exposição, ainda ficou uma coisa sem resposta. Qual a relação de tudo do que se disse com o conceito de *virtù*?

Como já se viu antes, tanto o *Príncipe*, quanto os Discursos trabalham com o tema da inovação política, ou seja, da fundação de um principado ou de uma república. Desta maneira, após a ruptura com a ordem antiga é necessário ao príncipe novo ou ao povo, criar uma nova ordem, o que inclui fazer novas leis, nova constituição, em síntese, instituir a nova organização política e social.

Nesse momento conturbado, onde a nova ordem ainda não está legitimada, é preciso que o fundador<sup>92</sup> comece a instauração do novo regime político, criando as leis, as quais irão portar novos valores a serem resguardados pela comunidade.

Na criação da nova ordem o fundador não sofre qualquer limitação, pois a ordem antiga acaba de ser derrubada. Assim, é ele que, de acordo com as necessidades efetivas da sociedade, irá instaurar os novos valores éticos da vida social e, em última instância, a distinção entre o bem e o mal no espaço público.

E, na formação dessa nova ordem, bem como nos momentos seguintes, onde será necessário lidar com a *fortuna* para conseguir a sua conservação, o

---

<sup>91</sup> GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel e a Política e o Estado Moderno*; Rio de Janeiro; Civilização Brasileira; 1976; p. 11 2ª ed.

<sup>92</sup> Utilizamos essa palavra, porque por ela pode-se referir ao povo ou ao príncipe.

príncipe terá que saber quando será possível agir de acordo com a moral comum e quando não será.

Sobre o tema são os ensinamentos de François Châtelet:

A significação de *O Príncipe* é de outra amplitude: trata-se, antes de mais nada, de mostrar que – se se quer o poder – é preciso querer onipotência; que essa exige não apenas um ato de fundação absoluta, mas também uma resolução que não admite fraquezas nem compromissos; que as considerações morais e religiosas devem ser afastadas do cálculo através do qual se estabelece ou se mantém o Estado; que as coisas são assim ainda em maior medida porque o Príncipe é o senhor da legislação, porque define o bem e o mal públicos e, por conseguinte, no que se refere às questões públicas, nem ele nem os cidadãos devem se valer dos “mandamentos” da Igreja ou da tradição moral; que, nessas questões, a recusa de violência é uma tolice e que, de resto, cabe distinguir a violência “que conserta” daquela “que destrói”.<sup>93</sup>

Desta forma, tanto no ato da fundação quanto na manutenção do regime político o príncipe ou o povo, julgando as suas reais necessidades, deverá observar quando será possível e quando não será respeitar a moral comum. Como se disse, sempre que para atingir o bem comum seja preciso desconsiderar esses valores, isso deve ser feito, pois, para Maquiavel, como se viu à exaustão, a moral política não se confunde com a moral comum.

Sobre o tema discorre Pocock:

(...) os famosos capítulos (XV-XIX) acerca da moralidade do comportamento do príncipe adotam uma perspectiva similar. Neles, assume-se que devido à sua própria inovação, o príncipe habita um contexto onde o comportamento humano é apenas parcialmente legitimado e parcialmente sujeito às regras de moralidade. Conseqüentemente, a inteligência do príncipe – sua *virtù* – inclui a habilidade necessária para saber quando é possível agir como se as regras de moralidade (cuja própria validade não é negada em parte alguma) estivessem efetivadas e pudessem ser confiadas para governar o comportamento dos outros, e quando não é possível.<sup>94</sup>

---

<sup>93</sup> CHÂTELET, François, *História das Idéias Políticas*; Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1997, p. 39

<sup>94</sup> Trecho livremente traduzido da seguinte parte do original: (...) the famous chapters (XV-XIX) on the morality of princely behavior adopt a similar perspective. Here it is simply assumed that by the fact of his own innovation, the prince inhabits a context in which human behavior is only partly legitimized and only partly subject to the rules of morality; Consequently, the intelligence of the prince – his *virtù* – includes the skill necessary to know when it is possible to act as if the rules of morality (whose validity in itself is nowhere denied) were in force and to be relied on as governing the behavior of others, and when it is not. Pocock, John Greville Agard; *The Machiavellian Moment*; Princeton University Press; New Jersey; 2003; 2ª ed. p. 177

Dessa exposição pode-se completar o conceito de *virtù*. Para Maquiavel, o povo portador desta qualidade, é aquele que sabe agir desprezando os valores da moral comum quando as circunstâncias assim o exigirem. Esta característica, só pode ser incluída no conceito de *virtù*, porque é altamente elogiável, dentro da concepção de moral política construída por Maquiavel, que um homem, para preservar o bem estar coletivo, “viole” normas da moral comum.

Por ser elogiável tal característica de um povo é que Maquiavel inclui, dentro da moral política, o povo que a pratica, dizendo que ele é de grande *virtù*. Portanto, pode-se concluir que *virtù* é prudência armada que age contra os valores da moral comum quando as circunstâncias assim exigem.

É dessa moral política é que se pode extrair que, para o secretário florentino, o bom governo estava umbilicalmente ligado à capacidade do governante de agir de acordo com as necessidades reais de sua comunidade, visando fazer o melhor para esta. Deve o bom governante deixar de lado elementos transcendentais, pois não se governa através da modificação de idéias irreais de mundo, mas sim, efetivamente, através da alteração do real.

Portanto, seria digno de *virtù* o bom governante, que seria aquele que sabe agir de acordo com as exigências das circunstâncias, desconsiderando os valores da moral comum quando fosse necessário. Assim, ser portador de *virtù* não significa, de forma alguma, ser imoral.